

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**A Supervisão como meio de promoção de práticas inclusivas
para alunos estrangeiros nas escolas portuguesas**

Lucinda Maria Ferreira Barros Monteiro

MESTRADO EM SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

2025

UNIVERSIDADE ABERTA



**A Supervisão como meio de promoção de práticas inclusivas
para alunos estrangeiros nas escolas portuguesas**

Lucinda Maria Ferreira Barros Monteiro

MESTRADO EM SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

Orientada por: Professora Doutora Ana Nobre

2025

Agradecimentos

A concretização deste mestrado foi um sonho adiado por múltiplas razões, mas nesta fase mais “madura” da vida se tornou possível graças à colaboração e ao contributo da família, amigos e conhecidos, a quem gostaria de agradecer.

À professora Doutora Ana Nobre, pela orientação, disponibilidade, recomendações e motivação ao longo da realização deste projeto.

Aos meus filhos, Diogo e Luísa, que foram a alavanca que muitas vezes me impulsionaram a alcançar o próximo patamar e a nunca desistir.

Ao meu marido, Vítor, que em tudo me apoiou para conseguir alcançar o meu sonho de concluir o mestrado.

À equipa diretiva, aos técnicos escolares, aos meus colegas do Agrupamento ao qual estou afeta há quase uma década e, naturalmente, aos Encarregados de Educação, pela possibilidade de realizar este estudo e pela disponibilidade e colaboração que demonstraram, sem as quais o mesmo não teria sido possível.

À professora Liliana, que esteve comigo durante todo o processo, a orientar-me e à minha amiga Celeste, que na reta final deste percurso me encorajou, aconselhou e orientou, contribuindo para que este estudo tivesse as condições necessárias para ser bem-sucedido.

A todos, o meu profundo agradecimento e o meu sincero bem-haja.

Resumo

Esta dissertação propõe estudar e debater o papel da supervisão pedagógica da inclusão de alunos estrangeiros nas escolas portuguesas bem como promover as melhorias de práticas inclusivas.

Para tal, serão explorados os fundamentos teóricos da educação inclusiva, destacando a importância da igualdade de oportunidades e o respeito pela diversidade que regem os direitos orientadores do Estatuto do Aluno. Além disso, serão apresentadas evidências científicas que fundamentam a relevância da supervisão como uma estratégia eficaz para promover a inclusão escolar.

Urge clarificar o papel da inclusão escolar para os alunos estrangeiros. É um princípio fundamental que visa garantir a igualdade de oportunidades e o acesso ao ensino de qualidade a todos os alunos, independentemente das suas características e necessidades específicas.

Assim, foram desenvolvidos questionários *online*, com vista a uma melhor compreensão da realidade escolar, bem como analisar as estratégias que têm sido implementadas para uma integração mais eficaz destes alunos e também identificar e sugerir melhorias que possam ser implementadas.

A abrangência deste estudo permitiu observar várias dinâmicas dos agentes educativos. Assim uma das principais conclusões foi a pouca visibilidade dos supervisores pedagógicos no quotidiano de inclusão de alunos estrangeiros, nomeadamente as suas funções atribuídas. A escassez de formação contínua e especializada também se revelou uma limitação bem como as tarefas burocráticas.

Numa perspetiva de melhoria futura, para colmatar esta falta de visibilidade e como estratégia de inclusão, é proposto a criação de um Gabinete de Acolhimento e Integração, de forma a construir uma escola mais equitativa, justa e promotora do sucesso dos alunos e, conseqüentemente, dos Encarregados de educação de nacionalidade estrangeira.

Palavras Chave: *Inclusão, Famílias, Colaboração, Diversidade, Respeito*

Abstract

This dissertation aims to study and discuss the role of pedagogical supervision in the inclusion of foreign students in Portuguese schools, as well as to promote better inclusive practices.

To do this, it will explore the theoretical foundations of inclusive education, highlighting the importance of equal opportunities and respect for diversity, which are key principles of the Student Statute. In addition, scientific evidence will be presented to show that supervision is an effective strategy to promote school inclusion.

It is important to clarify the role of school inclusion to the foreign students. It is a basic principle that aims to guarantee equal opportunities and access to quality education for all students, regardless of their specific characteristics and needs.

Therefore, online questionnaires were developed to better understand the school reality, analyze the strategies already being used to integrate these students more effectively, and identify possible improvements.

The scope of this study made it possible to observe various dynamics among educational agents. One of the main conclusions was the low visibility of pedagogical supervisors in their daily work with the inclusion of foreign students, especially in terms of their assigned roles. The lack of ongoing and specialized training was also seen as a limitation, along with too many bureaucratic tasks.

Looking to the future and aiming to improve the current situation, the creation of a Welcome and Integration Office is proposed. This would be a strategy to build a more fair and equal school, helping both the students and their families of foreign nationality to succeed.

Keywords: *Inclusion, Families, Colaboration, Diversity, Respect*

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
Abstract	iii
Índice de Gráficos	vi
Índice de Tabelas.....	vi
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	vii
Capítulo I.....	1
1.1. Enquadramento do tema.....	1
1.2. Problematização	2
1.3. Objetivos da Investigação	3
1.4. Questões de Investigação	8
1.5. Metodologia Geral do Estudo	10
Capítulo II – Revisão da Literatura.....	11
2.1. A Supervisão Pedagógica no Contexto Escolar	11
2.1.1. Conceitos e Modelos de Supervisão.....	11
2.1.2. O papel do Supervisor na escola	13
2.2. Inclusão Educativo: Princípios e Desafios	14
2.2.1. Políticas Públicas de Inclusão em Portugal.....	14
2.2.2. Diversidade Cultural e Aprendizagem	16
2.3. Alunos Estrangeiros no Sistema Educativo Português.....	18
2.3.2. Dificuldades e Necessidades Específicas	19
2.4. Boas Práticas de Supervisão para a Inclusão.....	20
2.4.1 Estratégias Pedagógicas Inclusivas	20
Capítulo III – Metodologia.....	21
3.1. Tipo de Investigação	21
3.2. Participantes do Estudo	21
3.4. Procedimentos de Análise de Dados	22
Capítulo IV – Apresentação e Discussão dos Resultados	23
4.1. Apresentação dos Dados	23

4.2.2. Dificuldades e Desafios na Supervisão Pedagógica.....	43
4.2.3. Estratégias para Melhorar a Supervisão e Inclusão Escolar.....	45
Capítulo V – Conclusão	47
5.1. Considerações finais e sugestões para Futuras Investigações.....	47
Capítulo VI- Referências Bibliográficas	49
Capítulo VII- Anexos.....	52
Anexo I- Carta ao Diretor.....	52
Anexo II- Questionário aos Encarregados de Educação	53
Anexo III- Questionário à Equipa Diretiva	59
Anexo IV- Questionário aos Técnicos Escolares	63
Anexo V- Questionário aos Professores.....	68

Índice de Gráficos

Gráfico 1- Distribuição dos dados pelo grau de parentesco	24
Gráfico 2- Distribuição da idade dos alunos	24
Gráfico 3- Distribuição dos alunos por ciclo de ensino	25
Gráfico 4- Nacionalidade dos Encarregados de Educação	25
Gráfico 5- Comunicação entre a escola e os Encarregados de Educação	26
Gráfico 6- Integração/Inclusão na escola	27
Gráfico 7- Conhecimento das iniciativas de promoção da inclusão.....	28
Gráfico 8- Conhecimento das funções dos supervisores pedagógicos	28
Gráfico 9- Os supervisores pedagógicos poderiam ter um papel mais ativo	29
Gráfico 10- Participação nas atividades promovidas	29
Gráfico 11- Nível de ensino	31
Gráfico 12- Tempo de experiência no ensino	31
Gráfico 13- Experiência a lecionar com alunos estrangeiros	32
Gráfico 14- Conhecimento das promoções de práticas de inclusão	34
Gráfico 15- Funções desempenhadas pelos técnicos escolares	35
Gráfico 16- Comunicação entre os professores, técnicos e a supervisão	36
Gráfico 17- Percentagem de alunos estrangeiros no Agrupamento	37

Índice de Tabelas

Tabela 1- Tabela significativa baseado nos resultados do estudo sobre as dificuldades e as melhorias apontadas pelas diferentes agentes educativos	44
--	----

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

DGE- Direção Geral da Educação

MECI- Ministro da Educação, Ciência e Inovação

PLNM- Português de Língua Não Materna

CNE- Conselho Nacional de Educação

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PALOP- Africanos de Língua Oficial Portuguesa

SPO- Serviço de Psicologia e Orientação

GIS- Gabinete de Intervenção Social

Capítulo I

1.1. Enquadramento do tema

“É importante que a educação não se limite a uma etapa inicial da vida, mas que a aprendizagem se faça ao longo da vida e sobretudo com a vida, fazendo dos espaços e dos tempos, ocasiões significativas na construção de harmonia e de sabedoria”, (Serra, Silva, Ribeiro, & Carvalho, 2009, 2014).

A interrogação primordial da investigação foca-se em compreender: de que forma a supervisão pedagógica pode contribuir para uma boa inclusão dos alunos estrangeiros nas escolas portuguesas? Este questionamento parte da necessidade de entender, não só os mecanismos através dos quais a supervisão pode apoiar os docentes na adaptação e implementação de práticas inclusivas, mas também, como as escolas podem organizar e utilizar a supervisão na orientação em ações concretas que possam garantir a igualdade de oportunidades para todos os alunos, (Rodrigues, 2021).

Nos últimos anos, temos verificado um aumento significativo de alunos de nacionalidade estrangeira nas escolas portuguesas. A presença destes alunos de diferentes nacionalidades valoriza o ambiente escolar, promovendo uma grande diversidade cultural. No entanto, este crescimento traz muitos desafios na organização das escolas, exigindo a implementação de estratégias eficazes para a adaptação do currículo, de forma a garantir uma boa inclusão tanto linguística, como social, cultural e emocional.

O ponto de partida para compreender a integração destes alunos é perceber como as escolas tentam garantir a inclusão, de forma a assegurar que todas as crianças e jovens tenham acesso a uma educação de qualidade e se sintam verdadeiramente incluídos.

1.2. Problematização

Quando escolhemos esta temática para estudo foi porque verificamos que, de ano para ano, as escolas portuguesas têm registado um aumento significativo de alunos de diferentes nacionalidades. Seja devido à conjuntura económica ou ao papel que a segurança desempenha no país, tornando-se um porto seguro para muitas, logo sinónimo de estabilidade financeira, já que há falta de mão de obra. E é um facto que a emigração aumentou exponencialmente e, com isso, o número de alunos estrangeiros nas nossas escolas, fenómeno que ocorre um pouco por todo o país.

Obviamente, este impacto necessitou de alterações imediatas por parte das Direções Escolares que, de um momento para o outro, tiveram de apresentar alternativas numa tentativa de os integrar e permitir o acesso à aprendizagem. Sendo assim, e partindo deste pressuposto, não se pretende analisar nem estudar o fenómeno de integração, de aculturação de um aluno que não domina a língua, a cultura e até mesmo o código social de determinando contexto, apenas consideramos pertinente realizar um estudo de maior profundidade, de maneira a ser analisado de que forma a escola pode promover a inclusão e a equidade, para facilitar a integração dos alunos e dos encarregados de educação na comunidade escolar.

É esta a realidade com que se debate a escola nos nossos dias. Por vezes, torna-se difícil para os professores conseguirem chegar a todos de uma forma individualizada e com a diferenciação pedagógica que merecem, já que coabitam na mesma sala de aula alunos não só de distintos países, mas provenientes de diversos continentes e que em muitos casos nem a mesma grafia/estrutura linguística apresentam.

1.3. Objetivos da Investigação

No artigo *“A reflexão e o professor como investigador”*, Isolina Oliveira e Lurdes Cerrazina, defendem a necessidade da reflexão ética sobre as práticas pedagógicas: *“É comum dizer-se “depois de refletir, eu acho que ...”, ou “eu já me vi ao espelho...”*, o que na verdade corresponde a utilizar uma metáfora para significar a associação da compreensão humana, de nós próprios e das nossas circunstâncias, à reflexão no espelho. Em educação, este termo tem sido usado com diversas significações e há *necessidade de o redefinir de forma a clarificar o seu sentido e o entendimento que dele fazemos. (...) O poder da reflexão sobre a prática como catalisador de melhores práticas tem vindo a ser defendido por diversos autores, (Dewey 1933, Kemmis, 1985, Schön, 1983,1987, Zeichner 1993).*”

O ensino é um trabalho exigente e, na verdade, a sua complexidade justifica o facto de apresentar cada vez menos jovens a escolhê-lo como carreira no futuro. Além de ser um trabalho extremamente desafiador, não é qualquer pessoa que consegue ser um bom professor, há muitos aspetos a ter em conta: tem de dominar a ética profissional, competência científica, pedagogia, tolerância, ... Essa postura, vai-se adquirindo com a experiência, em muitos casos, a partir de uma reflexão acerca do trabalho desenvolvido, ou mesmo quando os resultados não correspondem às expectativas, o que promove um processo imersivo de identificar os erros para, posteriormente, se poder colmatá-los.

“A reflexão sobre a reflexão na ação é aquela que ajuda o profissional a progredir no seu desenvolvimento e a construir a sua forma pessoal de conhecer. Trata-se de olhar retrospectivamente para a ação e refletir sobre o momento da reflexão na ação, isto é, sobre o que aconteceu, o que o profissional observou, que significado atribui e que outro significado pode atribuir ao que aconteceu, citado por Isolina Oliveira e Lurdes Cerrazina, no artigo: “A reflexão e o professor como investigador”, (Schön, 1992).

O desenvolvimento profissional é um procedimento que se vai construindo à medida que os docentes ganham experiência, sabedoria e consciência profissional, ética deontológica e moral. A igualdade profissional é a forma como os professores se definem a si mesmos e aos outros. É uma construção do seu eu profissional, que evolui

ao longo da sua carreira docente e que pode ser influenciada pela escola, pelas reformas e contextos políticos, ainda assim, “procurando atualizar-me e adaptar-me às exigências de cada modelo, mas sem nunca me desviar do caminho que considero correto/certo”, (Dewey, 1933; Kemmis, 1985; Schön, 1983-1987, Zeichner, 1993).

Para isso, é crucial compreender: **como são recebidos os alunos estrangeiros e como sucede a sua integração nas escolas?**

Uma escola inclusiva vai além do simples fornecimento de acesso à educação para todos os alunos. Implica a implementação de políticas educativas em todo o sistema educativo. Isso significa que não se trata apenas de adaptar o ambiente escolar para acomodar alunos estrangeiros, mas sim de criar um ambiente que valorize a diversidade e promova a participação de todos.

A inclusão escolar é um princípio que procura garantir a igualdade de oportunidades e o acesso à educação de qualidade para todos os alunos, independentemente das diferenças e necessidades específicas. No entanto, a concretização da inclusão nas escolas requer, não apenas a criação de políticas e diretrizes, mas também a implementação de práticas inclusivas no quotidiano escolar. Um exemplo de boas práticas reside na aplicação da base que sustenta o Decreto-lei, nº54/2018, (Diário da República, 2018).

Nesse sentido, a supervisão educativa desempenha um papel crucial ao oferecer suporte e orientação aos professores e gestores escolares na promoção de um ambiente inclusivo e na adaptação de estratégias pedagógicas para atender às necessidades de todos os alunos. O objetivo desta dissertação é explorar como a supervisão pedagógica pode contribuir para a promoção de práticas inclusivas nas escolas.

Inicialmente, serão abordados os principais conceitos relacionados com a inclusão educativa, destacando a importância da diversidade e a valorização das diferenças como elementos enriquecedores do processo de ensino e aprendizagem. Para além disso, serão discutidas as funções do supervisor educativo no contexto da promoção da inclusão, tais como a formação contínua de professores, o acompanhamento das práticas pedagógicas e a avaliação dos resultados obtidos. Serão

apresentados também exemplos de estratégias e recursos que podem ser utilizados pelos supervisores para apoiar a implementação das práticas inclusivas.

Sob esse pressuposto, é necessário fazer um breve parêntesis e refletir um pouco sobre o Estatuto do Aluno que está definido no Decreto-Lei nº 51/2012, de 5 de junho, que estabelece o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de ensino, assegurando os direitos e deveres dos alunos, promovendo a sua inclusão e o direito à aprendizagem. E aqui reside o cerne do trabalho. Na verdade, a educação inclusiva e o direito à aprendizagem são temas de extrema importância no contexto educativo. É fundamental garantir que todos os alunos usufruam da igualdade de oportunidades, independentemente das suas características individuais, sendo um princípio fundamental para a construção de uma sociedade justa e inclusiva, (Diário da República, 2012).

Como a aprendizagem é um direito básico, reconhecido internacionalmente, todos os alunos devem ter acesso a uma educação de qualidade, que promova o seu desenvolvimento integral e os prepare para enfrentar os desafios da vida. Nesse sentido, é essencial refletir no papel fulcral que a supervisão pode acrescentar ao desenvolvimento de uma escola cada vez mais inclusiva que assente no estatuto do aluno e estabeleça uma base sólida para assegurar esse direito, garantindo que nenhum aluno seja deixado para trás.

A inclusão é outro princípio-chave a ser abordado. Todos os alunos têm o direito de serem incluídos na comunidade escolar, independentemente das suas características.

A inclusão implica a remoção de barreiras físicas, comunicacionais e sociais, bem como a implementação de medidas de apoio adequadas para que todos possam participar plenamente na vida escolar. E a educação inclusiva reconhece que, cada aluno, é único e possui necessidades individuais. A adaptação curricular e a oferta de recursos educativos adequados são exemplos de estratégias que podem ser implementadas para garantir a inclusão de todos os alunos.

Ao estabelecer esses princípios e direitos, o estatuto do aluno fornece um quadro jurídico que orienta as práticas educativas e promove a equidade no sistema educativo, garantindo que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento.

A seguir, apresentamos alguns dos artigos do documento orientador acima citado, que demonstram esses direitos:

Artigo 1º - Igualdade e não discriminação:

Este artigo estabelece que todos os alunos têm direito a uma educação e a uma formação de qualidade, sem qualquer forma de discriminação, nomeadamente com base no género, na origem étnica, na religião, na orientação sexual, na identidade de género, na condição socioeconómica ou em qualquer outra forma de discriminação.

Artigo 3º - Direito à educação e formação:

Neste artigo, é reconhecido o direito de todos os alunos a uma educação de qualidade que promova o seu desenvolvimento pessoal, social e académico. Também é destacada a importância de assegurar uma aprendizagem significativa e inclusiva para todos os alunos.

Artigo 7º - Igualdade de oportunidades e acesso à escola:

Este artigo garante que todos os alunos têm o direito de aceder à escola e de beneficiar de igualdade de oportunidades educativas, independentemente das suas características individuais ou do contexto socioeconómico. Também destaca a importância de remover barreiras físicas, comunicacionais e sociais que possam limitar a participação dos alunos.

Artigo 11º - Apoio pedagógico e medidas de suporte:

Neste artigo, é estabelecido o direito dos alunos a receberem apoio pedagógico adequado, incluindo medidas de suporte específicas quando necessário. Isso abrange alunos com dificuldades de aprendizagem, alunos com necessidades educativas especiais e outros alunos que necessitem de acompanhamento adicional.

Artigo 14º - Educação inclusiva:

Este artigo destaca a importância da educação inclusiva, que visa a valorização da diversidade e a promoção da igualdade de oportunidades. Reconhece-se o direito dos alunos com necessidades educativas especiais a frequentarem a escola de forma inclusiva, com medidas de apoio e adaptação curricular quando necessário.

Desta forma, é através da promoção de uma educação inclusiva, onde cada aluno se sinta e seja valorizado, respeitado e que tenha a oportunidade de participar plenamente na vida escolar, que a supervisão pode desempenhar um papel essencial, apoiando e reforçando todos aqueles que intervêm no processo da aprendizagem, (Abreu, 2019).

1.4. Questões de Investigação

As questões de investigação e objetivos de estudo são elementos essenciais num trabalho académico, pois direcionam o foco da pesquisa e fornecem uma estrutura clara para a recolha e análise de dados. Com base na abordagem mista descrita anteriormente, foram formuladas as seguintes questões de investigação e objetivos de estudo para o tema "*A Supervisão como meio de promoção de práticas inclusivas para alunos estrangeiros nas escolas portuguesas*".

A pesquisa descritiva descreve e mapeia características, comportamentos, opiniões ou fenómenos, geralmente por meio de levantamento de dados. Ela procura responder a questões como "o quê", "quem", "onde" e "como".

Por meio de instrumentos padronizados, como os questionários, é possível recolher dados quantitativos que podem ser analisados estatisticamente, fornecendo uma visão geral e comparativa do tema em estudo. Pretendemos com os questionários e a análise da recolha de dados categorizar, identificar os padrões e temas emergentes a serem trabalhados.

“Logo, a inclusão de elementos quantitativos fornece uma visão geral e estatisticamente fundamentada do fenómeno, enquanto os dados qualitativos agregam profundidade, contexto e insights mais significativos. No entanto, para esta análise ser profícua seguir um protocolo científico, onde cada etapa representa um desafio e exige aquisição de novas competências”, (Oliveira & Ferreira, 2014).

De que forma pode ser otimizado o processo de coordenação interdisciplinar entre os vários intervenientes da escola e quais são as formas de torná-lo mais eficiente?

Para desenvolver este projeto deixo algumas questões que podem ser desenvolvidas como forma de orientação e análise.

- Qual o perfil dos alunos estrangeiros que fazem parte deste estudo?
- Quais as principais necessidades identificadas com estes alunos e as suas famílias?

- Como é feita a integração destes alunos com os diferentes agentes envolvidos no processo de acolhimento e acompanhamento?
- De que forma a escola se adapta para responder à diversidade cultural e linguística dos alunos?
- Que estratégias são implementadas para garantir uma boa adaptação, quer emocional quer psicológica dos alunos.
- Que critérios serão feitos para verificar o sucesso?
- De que forma a comunidade envolvente fará a inclusão dos alunos?
- Que parcerias com as organizações locais poderão dar oportunidades de desenvolvimento e participação ativa dos alunos?

A investigação será efetuada numa abordagem quantitativa, com o objetivo de recolha, análise e interpretação dos dados de forma objetiva e com a aplicação de questionários estruturados e aplicados através da plataforma *Google Forms*.

1.5. Metodologia Geral do Estudo

Observar é um procedimento de recolha de informações, através da qual podemos direcionar/instruir os pontos fortes ou pontos a melhorar, definindo objetivos que podem variar de observador para observador, mas também podemos e devemos questionar se a observação é realmente necessária e se não podemos obter a mesma informação de um outro modo eventualmente mais rigoroso e fidedigno, (Trindade, 2007).

O estudo adotará uma metodologia quantitativa, sendo utilizado como principal instrumento os questionários para a recolha de dados. A utilização de uma abordagem de natureza quantitativa permitirá obter informações mensuráveis.

A amostra esteve composta por diferentes intervenientes no meu contexto escolar: Professores dos diferentes ciclos de ensino que, no presente ano letivo, lecionam com alunos de nacionalidade estrangeiros, elementos da Equipa Diretiva, Técnicos Especializados que colaboram com os docentes e os mesmos alunos, bem como os Encarregados de Educação desses alunos.

Após a recolha dos dados, foram tratados estatisticamente e foi realizada uma análise descritiva, com a apresentação dos resultados sob a forma de gráficos, de modo a facilitar a interpretação dos resultados.

A investigação respeita o código ético, garantindo o anonimato e o consentimento dos participantes para a utilização da sua informação nesta análise e à respetiva reflexão.

Capítulo II – Revisão da Literatura

2.1. A Supervisão Pedagógica no Contexto Escolar

2.1.1. Conceitos e Modelos de Supervisão

A supervisão pode ser entendida ora como processo contínuo de apoio e acompanhamento da prática pedagógica, ora encarada como metodologia, uma vez que pressupõe um conjunto de práticas que podem orientar os docentes na conceção e desenvolvimento do seu trabalho. Neste contexto, aglomeraremos estes dois elementos, pois é através do processo contínuo em que se estabelecem dinâmicas que possibilitam a aplicação de diferentes metodologias que visam ajudar o corpo docente a aprimorar as suas competências pedagógicas numa era em que impera a diversidade intercultural em cada escola, (Alarcão, 2011).

É através deste processo de acompanhamento, de apoio e de orientação que os envolvidos desenvolvem um suporte e reflexão sobre as suas práticas pedagógicas refletindo, conseqüentemente, sobre todo o processo de ensino aprendizagem, em especial quando direcionamos este processo para a inclusão da diversidade.

Neste sentido, destaca-se a importância de incentivar a colaboração construtiva e a cooperação entre professores. Bem sabemos, que devido às vicissitudes dos horários de trabalho, muitas vezes não é simples de o fazer. No entanto, estamos convictos que ao incentivar a articulação e a partilha de experiências/aprendizagens entre os diferentes departamentos, a supervisão agrega valor, contribuindo para melhorar a eficácia da educação, gerando um ambiente positivo e integrador na comunidade escolar. A literatura destaca que uma boa cooperação na supervisão entre as diferentes equipas de professores leva a um clima de confiança, *interação colaborativa* e responsabilidade, podendo fortalecer os laços profissionais, visando um desenvolvimento profissional contínuo, uma promoção de reflexão sobre as práticas, a valorização do corpo docente e contribui para o sucesso escolar dos alunos, (Alarcão, 2014).

“Em contexto de ensino, a supervisão surge interligada ao processo em que um professor mais experiente orienta outro, no sentido de promover o desenvolvimento a nível humano e profissional, assumindo como objetivo principal ensinar os professores a ensinar.”, (Alarcão e Tavares, 2010).

Em Portugal, existe uma grande diversidade nas práticas de supervisão assumindo duas vertentes: a documental e a prática letiva, que demonstra a importância e a necessidade de colaboração e de inovação para que o processo educativo tenha um bom desenvolvimento. Considerando a realidade atual das nossas escolas, verificamos que as submetem ao jogo da constante mudança, da necessidade de adaptação e da criação de ajustes, de forma a responder às exigências que lhes são colocadas perante a sociedade. Esta mudança deve ser baseada numa aprendizagem colaborativa na prática investigativa, na autoavaliação e numa liderança pedagógica eficaz e proativa.

A supervisão pedagógica é efetuada pelos Coordenadores de Departamento coadjuvados pelos Delegados dos respetivos grupos disciplinares.

A supervisão pedagógica adota duas vertentes: supervisão documental e supervisão da prática letiva.

Supervisão Documental

Esta supervisão tem os seguintes pressupostos:

- Analisar e validar documentos;
- Validar as planificações anuais e as planificações das aulas;
- Adaptar a planificação para alunos com necessidades específicas;
- Acompanhar a construção de materiais pedagógicos;
- Acompanhar a construção e utilização de instrumentos/tarefas de avaliação formativa e avaliação sumativa;
- Analisar as grelhas de monitorização das medidas designadas.

Supervisão da Prática Letiva

Esta supervisão tem os seguintes pressupostos:

- Observar e avaliar, em contexto de sala de aula todos docentes do departamento;
- Proporcionar orientações e sugestões aos docentes;
- Identificar as necessidades de ações de formação;
- Incentivar a partilha de boas práticas entre os professores;
- Apoiar a implementação de novas metodologias.

2.1.2. O papel do Supervisor na escola

Apresenta-se como um profissional multifacetado visto que, ao assumir este cargo, pressupõe assumir diversas responsabilidades. Pode ser perspectivado como orientador, mediador e até mesmo facilitador, já que o seu foco se centra na garantia da qualidade de ensino.

“Os professores devem assumir-se como elementos ativos do seu desenvolvimento profissional, uma vez que eles são formados passivamente, sendo, portanto, fundamental ter em atenção as oportunidades que eles têm para influenciar a sua própria agenda de desenvolvimento profissional”, (Flores, 2021).

É neste contexto que um supervisor detém um papel fundamental, pois através da sua orientação pode guiar, levar o professor a refletir sobre os seus processos, as suas práticas e as metodologias. Assim, propõe-se implementar em contexto de trabalho entre pares um modelo de supervisão colaborativo, para responder às necessidades dos professores, numa lógica coletiva, centrada na prática pedagógica, onde estes são participantes ativos do seu desenvolvimento profissional na procura de melhorar a qualidade do ensino e, conseqüentemente, as aprendizagens dos alunos. Pretende-se que a escola se assuma como uma comunidade reflexiva, *com capacidade de gerar, gerir e partilhar conhecimento*, (Alarcão & Roldão, 2008, p.19).

Assim sendo, pode-se afirmar genericamente que a supervisão pedagógica é uma prática reflexiva e de integração de conhecimentos que promove a cooperação e colaboração entre os profissionais da educação. A função do supervisor consiste em apoiar os professores nas práticas de ensino, ajudando-os a encontrar soluções para os desafios encontrados nas suas funções, que, sem dúvida alguma, atualmente se apresentam como bastante complexos.

“A escola dos dias de hoje deve primar por ser uma Escola inclusiva, focada no futuro e no desenvolvimento de valores basilares da sociedade. E é neste contexto que para que essa supervisão seja eficaz, deva decorrer num ambiente de trabalho livre de pressões e baseado na confiança, na aceitação e integração da diferença”. Esta é uma visão alinhada com os princípios defendidos na Revista Portuguesa de Investigação Educacional.”

2.2. Inclusão Educativo: Princípios e Desafios

2.2.1. Políticas Públicas de Inclusão em Portugal

“A criação de escolas inclusivas implica considerar as três dimensões que a mesma incorpora: a dimensão ética, referente aos princípios e valores que se encontram na sua génese; a dimensão relativa à implementação de medidas de política educativa que promovam e enquadrem a ação das escolas e das suas comunidades educativas e a dimensão respeitante às práticas educativas, não podendo nenhuma delas ser negligenciada.” Como sublinha a DGE, “nenhuma delas pode ser negligenciada”, (Direção-Geral de Educação, 2020).

No entanto, apesar de atualmente a Escola Portuguesa se definir como inclusiva e ter dado passos gigantescos nesse sentido, não se pode ignorar as dificuldades que cada Agrupamento apresenta. Ainda que todos se centrem em tentar colmatar as falhas existentes tentando dar o seu melhor, estamos apenas a dar pequenos passos para que todos os aspetos mencionados estejam e sejam integralmente cumpridos.

“A Constituição da República Portuguesa, que foi aprovada em 1976, assenta nos princípios que todos os cidadãos, sem nenhuma exclusão, tinham perante a lei todos os direitos de igualdade, diversidade e respeito pelos direitos humanos. A mesma constituição tem sido revista ao longo dos anos. Portugal tem-se esforçado por promover a inclusão social, principalmente as minorias étnicas, os imigrantes e as pessoas com deficiência”, (Ferreira, 2019).

Segundo o estudo realizado pela escola Superior de Educação do Porto, Santos, Maia e Martins afirmam que *“a construção de um sistema educativo é resultado da Declaração de Salamanca (1994), que deu início ao movimento da Educação Inclusiva”,* (Santos, M. A., Maia, M. S., & Martins, S., 2021).

A Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada em 1996, foi um marco importante para o desenvolvimento da educação em Portugal. Os seus efeitos começaram a ser compreendidos com a alteração dos currículos a partir de 2001 e com os decretos-Lei nº2/2001 e nº 7/2001. Em 2012, as mudanças na política educativa resultaram na introdução das Metas Curriculares, que se focam nos conteúdos e nas avaliações. Mais recentemente, novas diretrizes surgiram com o Perfil dos Alunos à

saída da Escolaridade Obrigatória (2017) e as Aprendizagens Essenciais (2018), (Lagarto & Pinto, 2022).

A Lei de bases do Sistema Educativo, Lei nº46/86 já revela a importância de um ensino que fosse acessível a todas as crianças e jovens, independentemente das suas dificuldades ou características individuais. Neste sentido, a Escola “abriu-se” para o mundo, pois com o Decreto-Lei nº 3/2008, foi delineado um regime jurídico específico para a educação inclusiva, promovendo a igualdade de oportunidades, valorizando a educação, além de melhorar a qualidade do ensino. Este decreto procurou criar uma escola inclusiva que garantisse o sucesso educativo de todos os alunos, (Diário da República, 2008).

Mais recentemente, o Decreto-lei nº 54/2018 reformulou o enquadramento do decreto anterior ao eliminar a categorização dos alunos, baseando se num paradigma mais flexível e em medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Este decreto tem como objetivo garantir que todos os alunos, independentemente das suas dificuldades ou capacidades, possam aprender e evoluir num ambiente escolar onde os apoios sejam definidos e adaptados de acordo com as suas necessidades específicas. E é o documento basilar para qualquer docente de qualquer disciplina, pois o aluno deve ser visto de uma forma holística e ser validado pelas competências que apresenta, mediante algumas das suas múltiplas valências, (Diário da República, 2018).

Nos últimos anos, Portugal tem apostado na era digital na educação, proporcionando aos alunos recursos tecnológicos que facilitam a aprendizagem e apoiam aqueles alunos com mais dificuldades, principalmente na área da comunicação. No entanto, apesar destes avanços, ainda são observados bastantes desafios que passam, em muitos Agrupamentos, pela necessidade, ora de mais recursos materiais, ora de mais capital humano. Na educação inclusiva, um dos focos primordiais a serem explorados ainda possui uma abrangência muito vasta. Não se limita apenas à integração de alunos com dificuldades, mas fundamenta a sua premissa em garantir que todos os alunos, tenham acesso igualitário a um ensino de qualidade e às mesmas oportunidades de aprendizagem.

No entanto, apesar de estar regulamentado, este modelo enfrenta desafios. Isto é, para além dos poucos recursos materiais e humanos e o grande número de alunos por turma, acresce a falta de apoios pedagógicos e psicológicos, em especial com a tipologia de alunos tão heterogénea como a que se apresenta atualmente nas Escolas. Há alunos que vêm de todas as partes do mundo, devido à conjuntura global e que necessitam de metodologias específicas ajustadas à grande diversidade cultural nas escolas.

Neste momento, está a ser um obstáculo para as direções dos Agrupamentos, conseguir dar resposta adequada a esta nova realidade. Daí que a necessidade do trabalho colaborativo e cooperativo seja de extrema importância para que, através do processo de Supervisão Pedagógica, se consigam levar a bom porto as políticas educativas.

Ainda que haja um caminho a percorrer há, contudo, a certeza de que com a aposta na formação de professores, na contratação de mais recursos e na adequação das turmas para atender às necessidades específicas de cada aluno, se alcançará um ambiente educativo de verdadeira inclusão e de igualdade para todos.

2.2.2. Diversidade Cultural e Aprendizagem

“Cada vez mais, nos dias que correm, a aceitação e o respeito pela diversidade cultural são fatores essenciais para a tolerância e para uma pacífica convivência. Embora, genericamente, a natureza das crianças não revele qualquer tipo de ressentimento ou rancor em relação a pessoas de nacionalidade, cultura ou etnia diferentes, a verdade é que, com o passar do tempo, se assistirem a situações de racismo e de desrespeito pela diferença, podem vir a comportar-se seguindo padrões completamente desadequados”, (Fonseca, 2021).

As sociedades contemporâneas são multiculturais, e o diálogo intercultural é fundamental para enfrentar os desafios que surgem. Uma preocupação e um desafio para as escolas portuguesas. O contexto escolar, atualmente, caracteriza-se por ser um centro de diversidade cultural o que, humanitariamente, contribui para uma melhor convivência escolar e pode influenciar a forma como os alunos aprendem, interagem e comunicam. É partindo deste pressuposto, da valorização dessas diferenças e do facto

de conhecer a cultura do outro/ou de pelo menos contactar com outra cultura, que se pode despertar a empatia e ajudar a reduzir alguns preconceitos, promovendo um ambiente de aprendizagem mais eficaz, inclusivo e de respeito pelo outro.

Temos exemplos na nossa realidade do dia-a-dia, que cada aluno que chega a uma turma com uma nacionalidade diferente traz consigo uma riqueza de experiências, valores e vivências culturais, promovendo dentro da sala de aula diferentes formas de pensar, ideias e culturas que podem ser partilhadas e discutidas com os seus pares, quando a língua não é impedimento para essa compreensão mútua.

Essa diversidade cultural, quando valorizada e reconhecida pelos professores, faz com que esses alunos se sintam incluídos e motivados a participar de uma forma ativa em todo o processo de aprendizagem. Além disso, estimula nos alunos uma elevada autoestima e confiança, promovendo um maior respeito e compensação entre todos os colegas. A diversidade cultural, além de ser enriquecedora, também é uma aprendizagem essencial para preparar os alunos para um mundo cada vez mais interconectado, globalizado e intercultural.

Por outro lado, se os alunos não sentirem esse reconhecimento por parte do professor na sua diversidade cultural, podem sentir-se à margem do grupo da turma, o que pode resultar em grandes barreiras, como a marginalização e dificuldades em entregar-se e integrar no grupo.

Desta forma, é importante que os professores com o apoio da Supervisão Pedagógica possam elaborar metodologias, adotar abordagens pedagógicas que valorizem diferenças culturais presentes na sala de aula, utilizando métodos de ensino inclusivos e de respeito em relação às particularidades de cada aluno. Estes princípios e valores devem orientar-se pelo Perfil dos Alunos ao final da Escolaridade Obrigatória.

2.3. Alunos Estrangeiros no Sistema Educativo Português

2.3.1. Dados Estatísticos e Caracterização

“Em Portugal, como em muitos outros países europeus, em 2022, registou -se um aumento do número de alunos estrangeiros no sistema educativo. Recorda-se que no ensino básico o aumento do número de alunos estrangeiros, em 2021/2022, foi de 17,5%, face ao ano letivo anterior e no ensino secundário foi de 15,5%.”, (Conselho Nacional de Educação, 2022).

“Entre 2018/19 e 2023/24 temos um aumento de mais de 160% de imigrantes no ensino básico e secundário”, revelou hoje o Ministro da Educação, Ciência e Inovação (MECI), Fernando Alexandre, durante a apresentação do relatório da OCDE “Education at a Glance 2024”, que decorreu no Teatro Thalia, em Lisboa.”, (Conselho Nacional de Educação, 2022).

O ministério afirmou também, *“A integração dos imigrantes é essencial para o funcionamento da nossa economia, mas sobretudo para que a nossa sociedade se mantenha coesa. A integração dessas pessoas passa pela educação e começa nos filhos desses imigrantes. Se falharmos na educação vamos falhar na nossa política de migração”, concluiu o ministro, durante a apresentação do relatório anual da OCDE.”* Ministério da Educação, Ciência e Inovação.

A diversidade de alunos estrangeiros no sistema educativo português é um fator que deve ser valorizado por toda a comunidade educativa. Este fluxo migratório de alunos estrangeiros no nosso país é fruto da imigração dos seus familiares e apresenta uma constituição homogénea, impondo-lhes um processo de adaptação às novas regras académicas e à aprendizagem de uma nova língua. Estes alunos devem ser abrangidos por medidas de integração no sistema educativo português, assim como na sociedade envolvente.

Nesta conjuntura, a legislação nacional tem procurado responder às necessidades destes alunos com a Lei de Bases do Sistema Educativo, juntamente com os Decreto-Lei n.º 54/2018 (que define as medidas para uma educação inclusiva) e o Decreto-Lei n.º 55/2018 (que regula o currículo, incluindo o ensino de Português de Língua Não Materna - PLNM), ambos de 6 de julho, bem como as Orientações Curriculares, de

forma a garantir que todos os alunos obtenham os conhecimentos e desenvolvam as suas aptidões e atitudes que contribuem para conseguirem as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e nas Aprendizagens Essenciais. Estas diretrizes promovem a inclusão dos alunos estrangeiros, de forma a garantir a diversidade cultural, como um recurso pedagógico cooperando para uma sociedade mais inclusiva e integrativa, (Diário da República, 2018).

2.3.2. Dificuldades e Necessidades Específicas

O fluxo dos alunos estrangeiros no sistema educativo português arrasta consigo uma série de desafios e necessidades específicas que devem de ter uma atenção diferenciada. Entre as principais dificuldades, destacam-se os aspetos linguísticos, culturais, socioeconómicos, pedagógicos, que podem comprometer a integração e o desempenho desses alunos, (UNESCO, 2009, DGE, n.d.).

De forma a colmatar as necessidades e promover uma efetiva integração é imprescindível que as políticas públicas e as escolares desenvolvam estratégias que integrem as dificuldades nomeadamente:

Apoio linguístico: aulas de português, como a Língua Não Materna (PLNM), (Despacho nº10404/2021).

Apoio psicossocial: facilitar e orientar os alunos e as famílias na adaptação da nossa cultura e promovendo o bem-estar emocional dos alunos (Conselho Nacional de Educação [CNE] ,2022).

Formação aos professores: deverá haver um maior investimento nesta área, de forma a todos os professores estejam capacitados com metodologias e estratégias para atenderem às necessidades destes alunos, (Silvia, 2012).

Mediação cultural: Devem ser desenvolvidos projetos que promovam a interculturalidade valorizando e fortalecendo a diversidade para uma melhor convivência entre os alunos, (DGE, n.d.; Alarcão, 2001).

2.4. Boas Práticas de Supervisão para a Inclusão

2.4.1 Estratégias Pedagógicas Inclusivas

As escolas devem mobilizar um conjunto de estratégias e atividades pedagógicas inclusivas, devendo ser organizadas de acordo com os diferentes níveis dos alunos de forma a estarem mais adequadas a cada necessidade e ao contexto educativo. Como ações essenciais, destacam-se:

- **Definir o processo de acolhimento:**

A escola deverá organizar uma equipa responsável para preparar a chegada do aluno.

- **Promover um sentimento de pertença e de segurança aos alunos:**

Realizar atividades de integração na turma, de forma a criar laços de amizade.

- **Acolher as famílias:**

Estabelecer laços de comunicação e de apoio às famílias.

- **Assegurar um clima de comunicação e de confiança:**

Potenciar contextos e situações de imersão linguística que promovam o diálogo.

- **Aplicar medidas para promover um acesso de aprendizagem:**

Delinear um percurso de integração progressiva no currículo.

- **Envolver a comunidade:**

Promover atividades que incentivem a participação ativa dos alunos e das famílias

Capítulo III – Metodologia

3.1. Tipo de Investigação

Para a investigação do tema em análise foi adotada uma abordagem mista, quantitativa e qualitativa. Para tal foram realizados questionários *online* com perguntas de resposta fechada e aberta, organizadas por seções, que permite ter uma melhor quantidade e qualidade de informação. Esta abordagem admite uma compreensão mais aprofundada das experiências e dos desafios encarados no contexto educativo, tal como as perceções sobre as necessidades dos alunos e a eficácia das estratégias de intervenção que estão a ser aplicadas. Com esta metodologia também podemos analisar os dados estatisticamente e ficar a compreender as opiniões dos inquiridos.

3.2. Participantes do Estudo

No estudo da dissertação, os participantes foram os elementos do corpo docente do 1º, 2º e 3º Ciclos de um Agrupamento situado no Concelho de Vila Nova de Gaia, que acompanham alunos de diferentes nacionalidades, bem como alguns dos Encarregados de Educação, Técnicos Escolares e elementos da Equipa Diretiva do mesmo Agrupamento.

Todos foram convidados a fornecer informações através dos questionários, com o objetivo de identificar e caracterizar as suas perspetivas em relação aos alunos estrangeiros, bem como relatar o desenvolvimento, o progresso e as suas dificuldades.

De facto, as contribuições de todos os intervenientes foram valiosas para compreender com maior profundidade a realidade e a visão através destas múltiplas perspetivas e experiências relacionadas com a inclusão escolar destes alunos. Além disso, permite identificar as necessidades sentidas, o que possibilita a retirada de ilações/conclusões, isto é, uma análise mais completa e aprofundada dos fatores envolvidos nesse processo de inclusão.

Esta abordagem inclusiva e participativa fortalecerá a validade e a relevância dos resultados da dissertação, proporcionando uma base sólida para a proposta de recomendações e possíveis intervenções que atendam às necessidades identificadas pelos inquiridos. Desta forma, este estudo visa contribuir para o aperfeiçoamento das práticas educativas promovendo uma educação mais inclusiva e equitativa.

3.3. Instrumentos de Recolha de Dados

Nos questionários, optamos pelas de “estrutura elaborada, onde as perguntas são previamente formuladas”. Boni, V., & Quaresma, M. (2005) já que permite uma interação mais personalizada e aprofundada com os professores destes alunos. Isso permite que possam partilhar as suas experiências, opiniões e desafios específicos que enfrentam ao terem alunos com características particulares na sala de aula. Com esta técnica, é possível elaborar um conjunto de perguntas abertas e permitir aos participantes que expressem as suas opiniões e sugestões de melhoria de forma detalhada.

Segundo (Dias,1994p.5), o Inquérito por Questionário é uma técnica de investigação que, através de um conjunto de perguntas, visa suscitar uma série de discursos individuais, interpretá-los e depois generalizá-los a conjuntos mais vastos”.

Aliás, os questionários são uma técnica amplamente utilizada para recolher dados de um número maior de participantes e nesse sentido, ao elaborar-se um questionário estruturado, com perguntas fechadas (respostas de escolha múltipla) e abertas (respostas em texto livre) podem-se abordar diferentes aspetos relacionadas com experiências, perspetivas, necessidades e sugestões de melhoria para apoio dos alunos.

Esses questionários foram aplicados por e-mail e por meio de plataformas *online* de pesquisa.

3.4. Procedimentos de Análise de Dados

A análise de dados deste estudo permitiu uma maior compreensão sobre o processo da inclusão dos alunos estrangeiros do Agrupamento situado no Concelho de Vila Nova de Gaia, assim como apurar as necessidades específicas dos mesmos alunos.

Os resultados foram interpretados de acordo com a literatura existente sobre a inclusão escolar, a diversidade cultural, a integração dos alunos estrangeiros, com especial enfoque nas boas práticas e nas áreas/pontos/aspetos/dinâmicas que poderão requerer melhoria.

Capítulo IV – Apresentação e Discussão dos Resultados

4.1. Apresentação dos Dados

Foram realizados quatro formulários distintos com vista a enriquecer a qualidade dos dados relativamente ao tema a Inclusão de Alunos Estrangeiros. Um dos questionários ficou afeto aos Encarregados de Educação de alunos estrangeiros do 1º, 2º e 3º ciclos, outro questionário foi direcionado ao corpo docente que no ano letivo 2024-2025 tiveram alunos de nacionalidade estrangeira, um terceiro questionário foi direcionado aos técnicos e, por fim, aos elementos da equipa diretiva do referido Agrupamento.

Cada questionário é composto por várias secções e cada secção apresenta um conjunto de perguntas relevantes dentro do tema abordado na respetiva secção. Relativamente à tipologia de respostas, foram selecionados alguns dos campos obrigatórios: escolha múltipla; resposta longa e outras de resposta opcional.

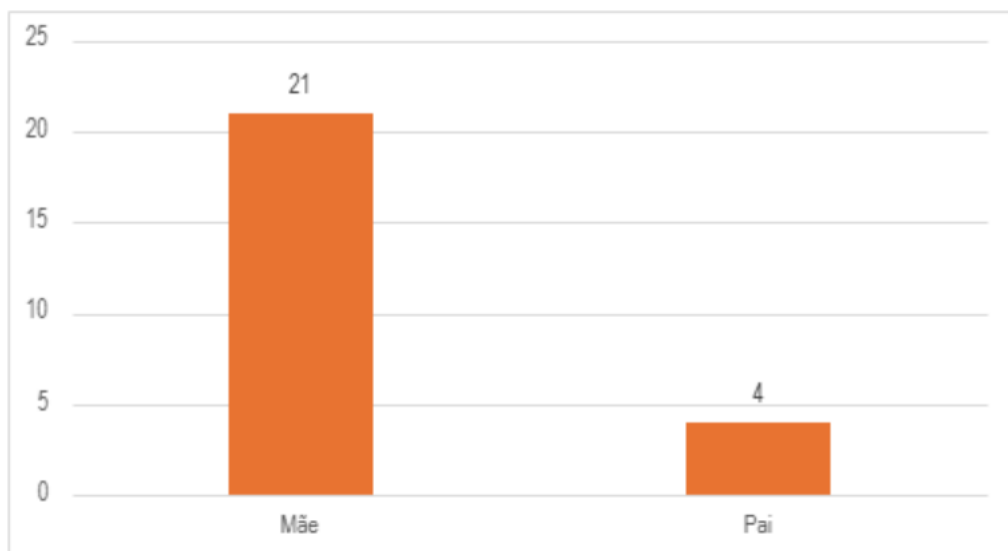
Após o tratamento da base de dados foi possível recolher e compreender um conjunto de informações que serão assim alvo de análise e reflexão. Foram usadas ferramentas como o Excel e o *Google Forms* para o tratamento de dados, elaboração e recolha de gráficos, conforme fosse mais pertinente e relevante para o estudo em questão.

4.1.1. Perfil dos Encarregados de Educação

De um universo total de 40 alunos de todos os ciclos de escolaridade do Agrupamento situado no Concelho de Vila Nova de Gaia, foi possível recolher 25 respostas no âmbito do questionário dirigido aos encarregados de educação. Dos 4 questionários elaborados este foi o que obteve um maior número de respostas e o que apresenta uma maior complexidade quer no que à informação recolhida diz respeito, quer na elaboração de gráficos que possam ilustrar a pertinência da mesma.

Assim, conforme o gráfico 1, a maioria das respostas foram dadas pelas mães dos alunos, havendo apenas 4 elementos pais na amostra recolhida.

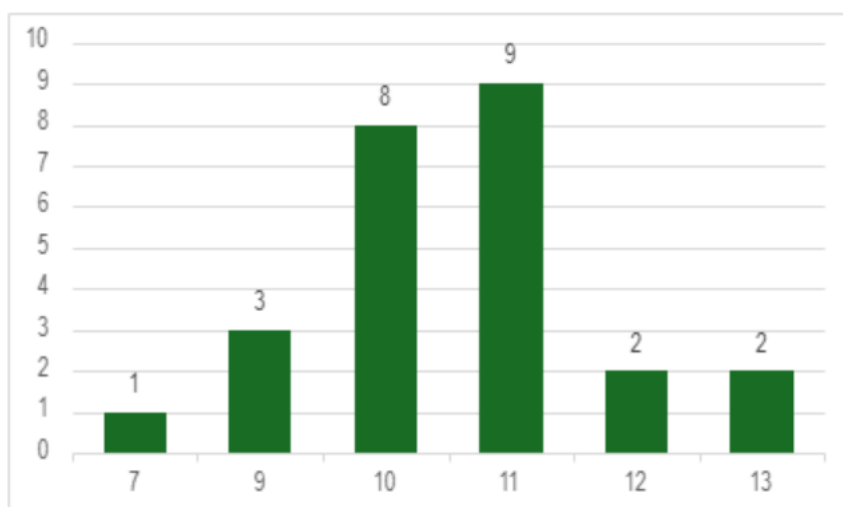
Gráfico 1- Distribuição dos dados pelo grau de parentesco



Fonte: Elaboração própria, 2025

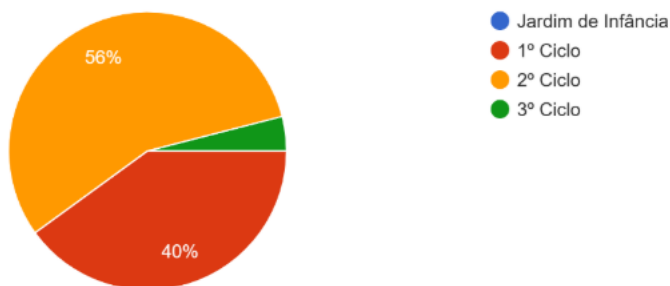
No gráfico 2 e 3, é possível observar que as idades dos alunos que estão compreendidas entre os 10 e os 11 anos de idade, com 8 e 9 respostas obtidas respetivamente, com maior incidência de respostas no 2º e 3º ciclos, perfazendo um total de quase 96% quando combinados.

Gráfico 2- Distribuição da idade dos alunos



Fonte: Elaboração própria, 2025

Gráfico 3- Distribuição dos alunos por ciclo de ensino

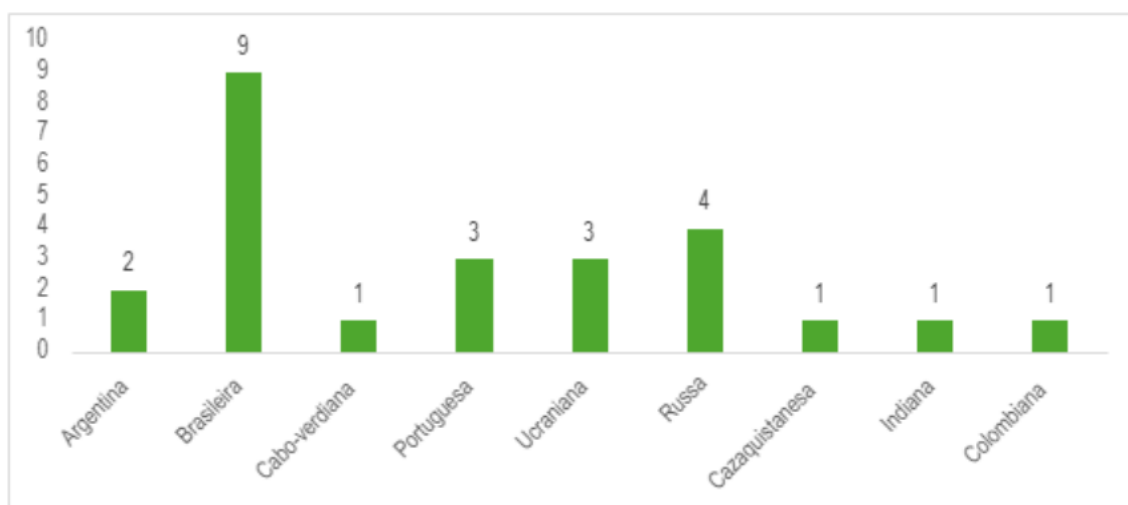


Fonte: Google Forms, 2025

Relativamente à nacionalidade dos encarregados de educação, esta variável é ilustrada e detalhada no gráfico 4. Assim, de acordo com o estudo, é possível verificar que a nacionalidade brasileira representa o primeiro lugar com 9 respostas, seguida da nacionalidade russa com 4 respostas.

Um dado que se destacou foi a presença de encarregados de educação de nacionalidade portuguesa que também se encontra representada na amostra. A razão para essa ocorrência deve-se ao facto de alguns encarregados de educação serem portugueses que emigraram e agora regressam ao país de origem com educandos de nacionalidade estrangeira.

Gráfico 4- Nacionalidade dos Encarregados de Educação



Fonte: Elaboração própria, 2025

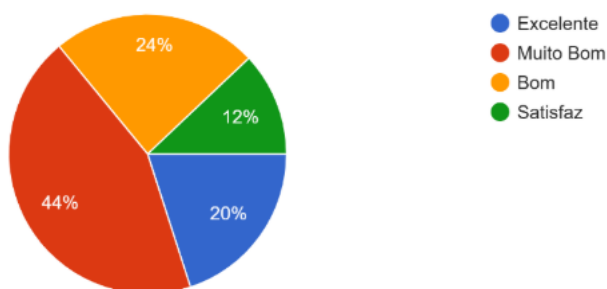
Com base no estudo realizado, verificamos que o maior número de respostas ao inquérito foi provido das mães dos alunos, uma vez que a maioria dos encarregados de educação serem do sexo feminino. Verificamos também que a faixa predominante dos alunos se situa entre os 10 e os 11 anos, correspondendo, na sua maioria, aos alunos no 2º e 3º ciclos. Relativamente à nacionalidade dos encarregados de educação, verificámos que a maioria é de nacionalidade brasileira.

A seção 3 do formulário dos Encarregados de Educação foca-se na “Experiencia com a Escola”. Uma das perguntas incidiu na adaptação e principais desafios dos educandos à nova escola.

Cerca de 24% dos Encarregados de Educação mencionaram dificuldades numa fase mais inicial relacionada com a língua portuguesa. Além disso, 20% relataram dificuldades na aprendizagem associado à falta de disponibilidade da equipa docente para um acompanhamento mais personalizado, e ainda 12% o desenvolvimento de novas amizades, apontando que, em alguns casos os educandos experienciaram alguma forma de isolamento.

No que concerne à comunicação entre a escola e os Encarregados de Educação, 44% destes avaliam a comunicação entre a escola e as famílias com “Muito bom”. Sentiram-se bem recebidos e informados pela escola, diretores de turma. O princípio é o mesmo que referi para «Encarregados de Educação» e funcionários. No entanto, alguns relataram falhas na comunicação, indicaram que nem sempre tiveram as informações necessárias (cerca de 12% do total dos questionários recolhidos), conforme é possível verificar no gráfico 5. Este fator deve-se ao facto de haver excesso de trabalho burocrático por parte dos diretores de turma.

Gráfico 5- Comunicação entre a escola e os Encarregados de Educação

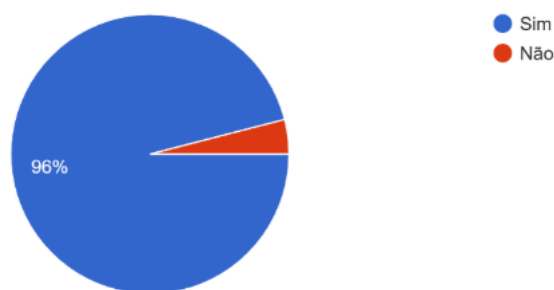


Fonte: Google Forms, 2025

Relativo ao apoio recebido por parte da escola, 28% dos Encarregados de Educação responderam que os seus educandos receberam aulas de Português Língua Não Materna, 20% afirmaram que receberam todas as formas de apoio e apenas 8% diz ter recebido cooperação por parte dos colegas de nacionalidade portuguesa. No entanto parte dos inquiridos afirmou não ter recebido qualquer apoio.

À pergunta “*Sentiu que o seu educando se sentiu bem acolhido pelos colegas e professores?*” a resposta foi quase unânime por parte de todos os Encarregados de Educação, que consideraram que os seus educandos foram bem recebidos na escola, conforme se verifica no gráfico 6.

Gráfico 6- Integração/Inclusão na escola



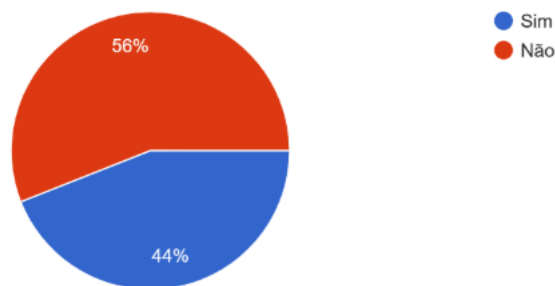
Fonte: Google Forms,2025

Ao longo das várias questões, foram mencionados alguns pontos que mostram lacunas no que diz respeito a integração de alunos estrangeiros nas escolas portuguesas, tal como comprova no gráfico 7. Cerca de 56% dos Encarregados de Educação desconhecem as iniciativas da escola sobre a inclusão dos alunos estrangeiros.

Nesse sentido, a oferta da disciplina de Português de Língua Não Materna a Mentoria, não são encaradas como estratégias/metodologias/dinâmicas de apoio e suporte, parece-nos que são entendidas como *curriculum*, e não como estratégia de promoção da inclusão. Nesse sentido, como Escola, também falta apresentar de forma clara todas estas dinâmicas, estratégias e metodologias aos Encarregados de Educação para que possam validar o reconhecimento e a importância que a escola portuguesa atribui à comunidade estrangeira.

Mencionaram também a falta da preparação de algum corpo docente em saber lidar com as diferenças linguísticas e culturais, sinalizando ainda alguns casos de *bullying*, o que revela a necessidade de medidas mais eficazes de integração aos alunos estrangeiros.

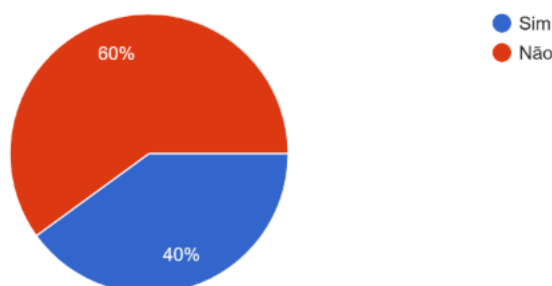
Gráfico 7- Conhecimento das iniciativas de promoção da inclusão



Fonte: Google Forms, 2025

Neste gráfico 8, verificamos que a maioria dos Encarregados de Educação desconhece as funções dos supervisores pedagógicos na escola. Este dado revela uma lacuna significativa na comunicação entre a escola e as famílias, relativo ao papel da supervisão pedagógica e inclusão escolar. Como tal, e como referido anteriormente, este desconhecimento por parte de 60% dos Encarregados de Educação sobre a função dos supervisores pedagógicos na escola, compromete a perceção do apoio disponível, limita o envolvimento das famílias na integração dos alunos e revela um total desconhecimento sobre o que o Sistema Educativo Português que tenta promover para a aplicação do Direito Universal, o direito à educação e respetiva inclusão.

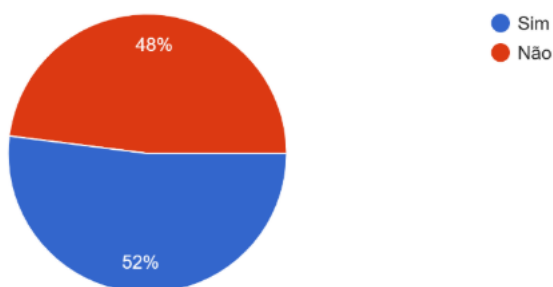
Gráfico 8- Conhecimento das funções dos supervisores pedagógicos



Fonte: Google Forms, 2025

No gráfico 9, e na continuação do gráfico anterior, observamos que 52% dos Encarregados de Educação, apesar de desconhecerem as funções e as ações dos supervisores pedagógicos na escola, acreditam que estes poderiam ter uma atuação mais ativa. Deixamos como sugestões a mediação entre os professores e os alunos, o reforço no ensino da língua portuguesa, a criação de iniciativas de inclusão e o apoio social com uma postura de maior acolhimento e suporte às necessidades dos seus educandos.

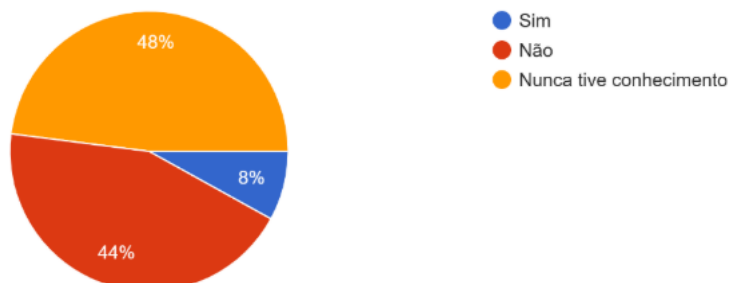
Gráfico 9- Os supervisores pedagógicos poderiam ter um papel mais ativo



Fonte: Google Forms,2025

Como é verificado no gráfico 10, os Encarregados de Educação, 92% (48% mais 44%), não participam das atividades promovidas pela escola. No entanto, deixam algumas sugestões de melhoria: realização de dias internacionais, feiras temáticas, apoio social e um maior acompanhamento às famílias.

Gráfico 10- Participação nas atividades promovidas



Fonte: Google Forms, 2025

Estas sugestões revelam que ainda há um caminho longo para percorrer por parte de todos os intervenientes, uma vez que a escola desempenha o seu papel, mas os Encarregados de Educação são uma peça fundamental em todo o processo. Nesse sentido, reconhecem que não evidenciam um papel tão ativo nesta estreita relação, deixando esse papel para o domínio da Escola. Foi também salientada a importância da presença dos supervisores pedagógicos no dia a dia na vida escolar.

No final dos questionários, foi solicitado aos inquiridos que deixassem sugestões de melhorias para apoiar as famílias estrangeiras. Entre as várias ideias que foram mencionadas, destaca-se:

- a) um maior envolvimento familiar nas reuniões;
- b) a promoção de dias internacionais;
- c) a criação de eventos multiculturais;
- d) uma maior integração cultural e social no ambiente escolar.

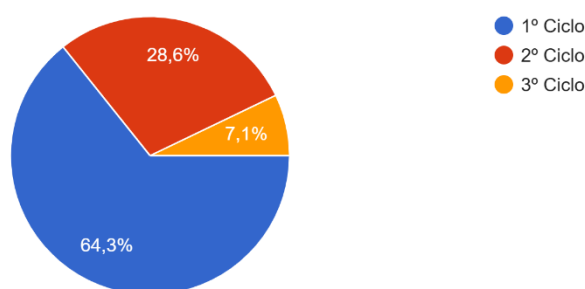
Podemos concluir a importância da comunicação entre a escola e os Encarregados de Educação, assim como a relevância da inclusão e de uma participação mais ativa de toda a comunidade escolar. Verificámos que é essencial fortalecer o conhecimento sobre as iniciativas de promoção da inclusão e clarificar as funções dos supervisores, de forma que possam ter um papel mais ativo. Destacamos ainda a necessidade de os Encarregados de Educação assumirem uma maior participação nas atividades promovidas.

4.1.2. Perfil dos Docentes

Foram solicitados questionários através *Google Forms* a um conjunto total de 20 docentes de todos os ciclos de ensino do mesmo agrupamento. Foi possível recolher 14 respostas de docentes, o que representa uma amostra de 70% face ao universo de respostas possíveis.

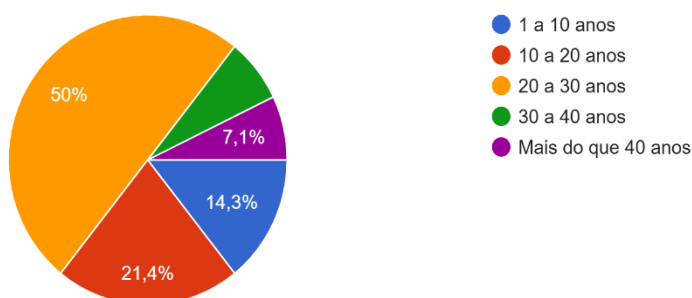
Segue-se uma análise mais sucinta de alguns dados relativos a este conjunto de 14 respostas. No gráfico 11, verificamos que a maior percentagem de resposta dos inquiridos corresponde ao 1º ciclo, com 64,3%, mostrando o maior número de alunos estrangeiros matriculados neste nível de ensino. Cerca de 50% dos docentes tem entre 20 a 30 anos de tempo de experiência, conforme se pode observar no gráfico 12.

Gráfico 11- Nível de ensino



Fonte: Google Forms, 2025

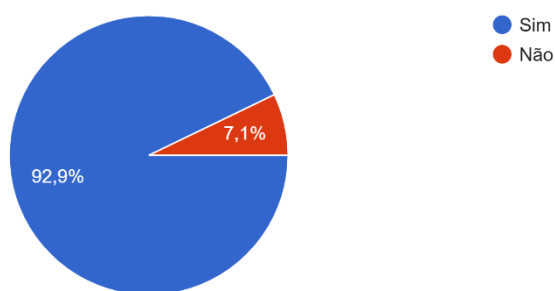
Gráfico 12- Tempo de experiência no ensino



Fonte: Google Forms, 2025

Pelo gráfico 13, verificamos que a maioria dos docentes responderam que tem ou já teve experiência em lecionar com alunos estrangeiros (92,9%). O que, por si só, acaba por revelar pouco, já que há vários aspetos a ser tidos em conta, nomeadamente se eram alunos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), tendo a língua como elo. Tratava-se de aluno ou de alunos de outro idioma? Estes aspetos são fundamentais para nos conscientizar do trabalho inerente ao papel do professor, que tem na sua sala de aula, por vezes, um pequeno universo multicultural. Todavia, ficamos com uma leve percepção, que em qualquer momento da sua carreira profissional, os docentes adequam as suas dinâmicas/metodologias à integração holística destes alunos.

Gráfico 13- Experiência a lecionar com alunos estrangeiros



Fonte: Google Forms, 2025

Em continuidade ao gráfico anterior, os docentes indicaram que referente ao aumento da diversidade cultural nas escolas atualmente assim como a presença de alunos de diferentes nacionalidades é visto como enriquecedor, embora os docentes sintam que não existem respostas adequadas para as dificuldades enfrentadas por estes alunos. Destacam, sobretudo, a falta de apoios específicos, como de docentes com formação em língua não materna.

De forma mais detalhada, as principais dificuldades apontadas pelos docentes foram:

- a) relativamente á integração dos alunos estrangeiros nas nossas escolas é a barreira linguística,
- b) a falta de manuais no idioma de origem,
- c) a ausência de intérpretes

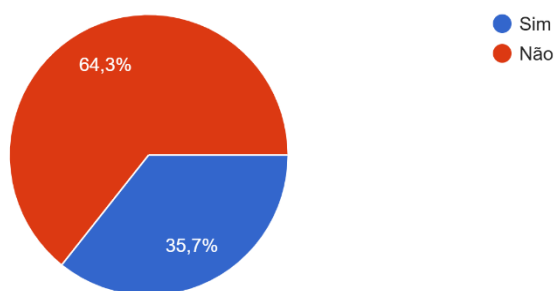
- d) as questões relacionadas com a alimentação, devido à grande diferença em relação aos nossos hábitos alimentares.

Quando questionados sobre o apoio que as escolas possam facultar na inclusão dos alunos estrangeiros, estes referem que o mesmo é realizado através das aulas de Português Língua Não Materna, com algumas estratégias informais, como o recurso aos tradutores digitais (e.g., google tradutor), apoio educativo pelos diretores/professores responsáveis das turmas e a sensibilização da comunidade educativa e a comunicação com os Encarregados de Educação.

Sobre a supervisão pedagógica e apoio ao corpo docente, observamos que os docentes reconhecem que há falta de consistência ou sistematização na forma como este tema é abordado nas escolas. A maioria dos inquiridos diz não se sentir preparado, não tendo recebido formação, para trabalhar com os alunos estrangeiros. Alguns reconhecem que necessitavam de mais tempo para prestar apoio, ter turmas com menores números de alunos estrangeiros e maior acesso a matérias didáticos específicos direcionadas a estes alunos.

Relativo ao papel da supervisão na promoção de práticas inclusivas, 64,3% dos inquiridos afirma que a supervisão nas escolas não desempenha um papel ativo na promoção de práticas inclusivas. Destacam ainda que as escolas deveriam ter uma orientação e apoio na gestão da diversidade cultural dentro das turmas, como melhoria das práticas pedagógicas e incentivo, identificação das dificuldades e adequação de estratégias de ensino. Ou seja, a maioria dos docentes não entende a supervisão como uma ferramenta ativa e promocional da inclusão, indicando que devia ser uma área com potencial de desenvolvimento nas escolas, como verificado no gráfico 14.

Gráfico 14- Conhecimento das promoções de práticas de inclusão



Fonte: Google Forms, 2025

Concluindo o tópico do perfil dos docentes, verificamos neste estudo que estes possuem uma ampla e diversificada experiência profissional. Observamos igualmente que a maioria dos inquiridos tem ou já teve a experiência em lecionar com alunos estrangeiros. Apesar disso, a maioria dos inquiridos afirmou não se sentir preparados para lecionar com este tipo de alunos. Quanto às práticas dos supervisores, estes relatam que não tem desempenhando um papel pertinente nas escolas, apontando que deveriam ser mais ativos no que toca às temáticas da inclusão.

No final do questionário foi solicitado aos inquiridos que elencassem algumas das boas práticas na inclusão de alunos estrangeiros. As principais destacadas como incentivo para os alunos estrangeiros participarem nas atividades onde tenham oportunidade de falarem sobre as tradições dos seus países. Verificamos o esforço dos professores em criar um ambiente acolhedor, adaptando e organizando estratégias de forma a garantir a inclusão de todos os alunos estrangeiros.

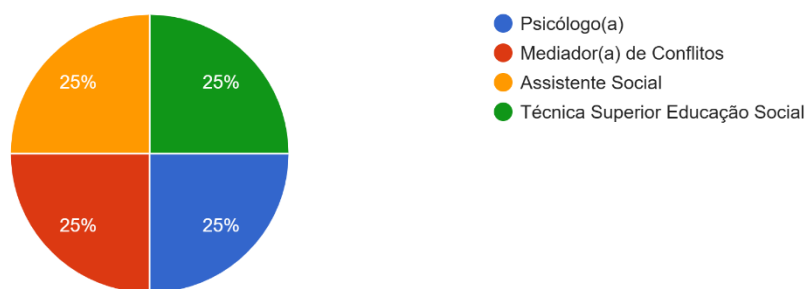
Como sugestões de melhoria de supervisão pedagógica e formação de professores no contexto da inclusão, foi facultada pelos professores inquiridos uma maior necessidade da presença e acompanhamento de um supervisor nas escolas, onde fossem fortalecidas as comunicações entre os docentes e os técnicos. A existência de mais professores com maior tempo de atuação e aumento de horas no apoio ao PLNM (Português Língua Não Materna), a iniciar em setembro. A realização de reuniões colaborativas, de forma a identificar barreiras onde se possam delinear estratégias em conjunto e maior envolvimento das famílias no processo. Por último, salientam a

importância de um maior envolvimento das famílias e o reforço do papel da escola como um espaço de acolhimento e participação em todo o processo.

4.1.3. Perfil dos Técnicos Escolares

Foi solicitado aos técnicos do Agrupamento, do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) e do Gabinete de Intervenção Social (GIS) que colaborassem no estudo. Dos seis técnicos, quatro responderam aos inquéritos. Podemos também observar que todos os técnicos têm quatro ou mais anos de experiência acumulada nas suas funções como verificado no gráfico 15.

Gráfico 15- Funções desempenhadas pelos técnicos escolares



Fonte: Google Forms, 2025

Este formulário consistia num conjunto de perguntas direcionadas para respostas mais abertas, dando assim espaço e liberdade para uma maior expressão pelos técnicos escolares nas demais áreas abordadas pelos questionários. De seguida, apresenta-se um conjunto de informação resumida que foi possível reunir, organizar e detalhar.

Os técnicos escolares afirmam que existem medidas específicas para apoiar os alunos que não falavam português, destacam o Português Língua Não Materna, a mentoria entre pares como facilitadora da integração linguística. Quanto às principais dificuldades enfrentadas pelos alunos estrangeiros, os técnicos indicam a barreira linguística, a documentação e o acesso aos materiais escolares adequados.

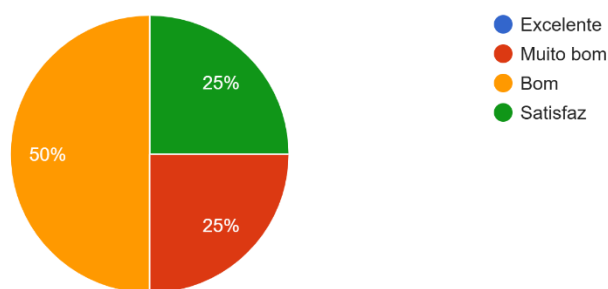
Na continuação das medidas e esforços pela plena integração dos alunos estrangeiros, referiram ainda que existia um trabalho colaborativo entre os técnicos e a supervisão pedagógica para a promoção da inclusão, tanto formal como informal, articulando com os diretores de turma e a equipa diretiva, participando na sinalização dos alunos e famílias, respondendo às suas necessidades.

Reconheceram, deste modo, que a supervisão pedagógica é valorizada como apoio aos técnicos, através da partilha personalizada, ajudar a ultrapassar os obstáculos que surgem nos grupos, promovendo a inclusão, através de apoio a nível do ensino do português. Os técnicos afirmaram que existem ações ou encontros promovidos pela supervisão pedagógica relacionados com a diversidade cultural e inclusão, como a *Rota da Gula* (Intercâmbio de sabores gastronómicos) e visitas de estudo aos locais de interesse patrimonial.

Como desafios no trabalho de inclusão com os dos alunos estrangeiros, foram referidas as barreiras linguísticas, as diferenças culturais e a falta de recursos adequados nas escolas para lidar com as necessidades dos alunos estrangeiros. Para além disso, salientam que o excesso de burocracia atribuída ao diretor de turma o que impede que este tenha tempo efetivo e suficiente para apoiar os alunos, numa resposta inclusiva com qualidade.

No gráfico 16, é possível observar que metade dos inquiridos (50%) avalia com “Bom” a comunicação entre os professores e os técnicos, no que diz respeito às necessidades dos alunos estrangeiros.

Gráfico 16- Comunicação entre os professores, técnicos e a supervisão



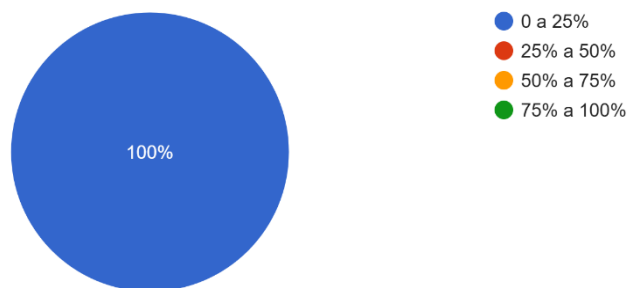
Fonte: Google Forms, 2025

Como sugestões de atuação para a melhoria da supervisão pedagógica e o fortalecimento de práticas inclusivas, os técnicos destacam a necessidade de mais ações de formação na área, maior contacto e articulação com os técnicos, uma coordenação atempada com os diversos intervenientes no processo educativo e um maior investimento no ensino do Português.

4.1.4. Perfil da Equipa Diretiva

Foi solicitada a colaboração da equipa diretiva para este estudo. Dos cinco elementos que a constituem, três responderam. Apresentam idades compreendidas entre os 45 anos e os 62 anos. Referiram ter entre 12 a 16 anos de experiência em funções na equipa diretiva. Trabalham no Agrupamento há mais de quatro anos. Quando questionados sobre a percentagem de alunos estrangeiros presentes no Agrupamento, a percentagem demonstrada varia entre os 0 e os 25%. Assim, todos reconhecem que os alunos estrangeiros já representam uma percentagem significativa na comunidade escolar, conforme demonstra o gráfico 17.

Gráfico 17- Percentagem de alunos estrangeiros no Agrupamento



Fonte: Google Forms, 2025

Quando questionada, a equipa diretiva relativamente como descrevem a diversidade cultural nas escolas do agrupamento, afirmaram que esta é muito diversificada e significativa, com alunos oriundos de vários continentes e com a presença de diferentes culturas. Também referiram que se tem verificado um crescimento anual no número de alunos de várias nacionalidades.

No que concerne às práticas de inclusão do agrupamento responderam que é oferecido, como apoio específico aos alunos estrangeiros, o ensino de PLN (Português Língua Não Materna), apoio social, apoio a Português e, sempre que necessário, outros tipos de apoio. No entanto, tanto a equipa diretiva, como o corpo docente e os técnicos reconheceram alguns desafios que impedem uma plena inclusão dos alunos estrangeiros no Agrupamento.

Observamos que existem dificuldades partilhadas entre os professores os técnicos escolares e a equipa diretiva, tais como:

- a) a barreira linguística;
- b) a falta de manuais no idioma de origem;
- c) a ausência de intérpretes;
- d) as questões relacionadas com a alimentação, devido à grande diferença em relação aos nossos hábitos alimentares.

Os técnicos do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) e do Gabinete de Intervenção Social (GIS), reforçam a insuficiência de apoios existentes e a necessidade de garantir respostas multidisciplinares para uma boa adaptação dos alunos estrangeiros, para uma verdadeira inclusão eficaz e equitativa.

Quando questionados sobre as melhores práticas de inclusão identificadas no agrupamento, estas incluem:

- a) a dinamização da Rota da Gula, (viagem gastronómica e cultural)
- b) atuações em festas como *Got Talent*;
- c) a implementação tutorias entre alunos (apoio aos alunos com maiores dificuldades)

Ainda assim, apontaram como principais dificuldades enfrentadas pelos alunos estrangeiros, a língua, as diferenças nos hábitos de vida e a comunicação.

Como sugestões, a equipa diretiva indicou a inclusão dos alunos estrangeiros, que no 1º Ciclo pudessem agrupar todos os alunos estrangeiros na mesma sala, como forma de rentabilizar mais recursos específicos, acrescentando ainda que seria uma mais

valia se os alunos tivessem a possibilidade de frequentar inicialmente, apenas aulas de Português, para adquirirem um bom domínio da língua. Referindo ainda a possibilidade de ser criado um “ano zero” para os alunos que chegam ao nosso país sem qualquer conhecimento da língua portuguesa, o que seria uma forma de facilitar uma melhor integração no sistema educativo.

4.2. Discussão dos Resultados à Luz da Revisão da Literatura

Após a apresentação dos dados recolhidos, conseguimos inferir que a língua, num momento inicial, é um dos aspetos que dificulta a comunicação e perceção geral, seja entre alunos, Encarregados de Educação, docentes, técnicos e equipa diretiva. E como reflexão centrada nos resultados dos dados recolhidos pelos questionários, em particular, neste caso, aplicados aos Encarregados de educação, podemos verificar que é do desconhecimento geral a função dos supervisores pedagógicos nas escolas. Verificou-se, ainda, a inexistência de comunicação de relacionamento e de como atuam no contexto familiar com as famílias. Conforme apontam Placco e Souza (2011), *a supervisão pedagógica deve ser mediadora dos processos formativos e apoiar a transformação das práticas pedagógicas, o que requer visibilidade, diálogo e escuta ativa*. O que em muitos casos invalida as iniciativas promovidas pela escola, invalidando o sucesso de tais iniciativas.

Outro dado relevante refere a escassez de formação dos supervisores pedagógicos, como agentes inclusivos e como o apoio pedagógico pode intervir nas práticas dos docentes, especialmente na inclusão dos alunos estrangeiros. Os Encarregados de Educação partem do pressuposto do desconhecimento do seu papel no sistema, logo, não conseguem apresentar compreender o seu papel como eixo entre todos os elementos/intervenientes. Já os docentes e técnicos, nas suas práticas docentes revelam que é uma lacuna, especialmente na ausência de estratégias consistentes de forma a apoiar os professores no processo de mediação com as famílias e de adaptação curricular.

Os resultados mostram que as supervisões pedagógicas têm um papel crucial na consolidação das práticas inclusivas e que encaram obstáculos relacionados com a falta de reconhecerem como funciona a integração na vida escolar. Torna-se urgente repensar a formação do papel do supervisor pedagógico nas escolas e a sua atuação para que possam efetivamente contribuir para um contexto educativo mais participativo, comunicativo e inclusivo nas diferenças.

No que se refere aos principais desafios enfrentados pelos alunos na escola, foram relacionados a barreira na língua, a aprendizagem e a socialização. Alguns Encarregados de Educação apontaram alguns entraves no processo durante a realização das matrículas. No entanto, a maioria considera que a adaptação dos seus educandos foi razoável. Foi avaliada de forma bastante positiva, a comunicação entre as famílias e as escolas.

“A barreira linguística é frequentemente apontada como o principal obstáculo à integração escolar de alunos imigrantes, dificultando tanto o acesso ao currículo quanto a interação social., (Oliveira, 2017).

Aspeto esse, apontado por todos os elementos alvos do questionário que colocaram a barreira da língua como grande entrave à comunicação, já que a partir dessa lacuna, se perdeu alguma informação que poderia ajudar na inclusão harmoniosa dos alunos estrangeiros, seja ela de carácter formal ou informal, (Oliveira, 2017).

Quanto à integração social, 24 dos Encarregados de Educação afirmaram que os seus educandos no contexto educativo se sentiram bem acolhidos pelos colegas. Mas, 14 admitiram que não tinham conhecimento das iniciativas das escolas que estivessem relacionadas com a inclusão dos alunos estrangeiros, o que pode indicar algumas das fragilidades das escolas na divulgação ou no envolvimento das famílias nestas ações.

Como destaca Costa e Almeida (2019) *“A comunicação eficaz entre escola e famílias é fator determinante para o sucesso escolar dos alunos, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade social ou cultural.”* Pese muito embora, essa perspectiva, apesar de os Encarregados de Educação referirem que sentiram que os seus educandos, maioritariamente, foram bem recebidos e sentiram-se informados. A realidade apresentada também nos demonstra esta falta de articulação, ou seja, sentem-

se informados, no entanto desconhecem estratégias, dinâmicas e metodologias aplicadas pelo Agrupamento que visem desenvolver competências nos seus educandos. As estratégias dinâmicas promovidas pela escola, em muitos casos são desconhecidas pelos Encarregados de Educação. Mais de 50% dos Encarregados de Educação, ignora as iniciativas de inclusão, promovidas, em particular neste Agrupamento. O que se justifica, pois quer os educandos, quer os Encarregados de Educação desconhecem, na grande maioria dos casos, como se encontra estruturado o sistema de ensino em Portugal. Logo, há lugar para falta de aceitação/ reconhecimento e esclarecimento de dúvidas. Em muitos casos, os alunos acabaram por não ter acesso a estas ofertas, muito pelo desconhecimento do seu papel no desenvolvimento psicossocial e cognitivo do aluno.

Relativamente ao apoio dos professores e da direção, 10 dos inquiridos avaliaram como “Bom”. Relativamente a situações de discriminação ou algumas dificuldades específicas, 17 dos Encarregados de Educação afirmaram que não sentiram essas situações, enquanto 8 indicaram perceções contrárias, destacaram a falta de alguns docentes e as dificuldades em saber lidar com a diversidade e a escassez da interação entre a escola e as famílias.

Além disso, 15% dos inquiridos declaram não terem conhecimento sobre a função dos mesmos, o que podemos sugerir a necessidade de maior visibilidade e clareza relativamente ao papel destes profissionais no processo educativo.

“A formação contínua dos professores e o compromisso da gestão escolar são cruciais para o desenvolvimento de práticas inclusivas que respeitem a diversidade.”, (Santos, 2018).

Os resultados do estudo também mostram que, do ponto de vista dos docentes, a supervisão pedagógica ainda não desempenha um papel ativo e organizado no contexto escolar. A maioria dos docentes inquiridos 64,3% apontou que a supervisão não é promotora de uma visão de práticas inclusivas, nas escolas e indicam a falta de orientação, formação e acompanhamento significativo.

Segundo Alarcão, a supervisão pedagógica deve ser entendida como um processo de apoio formativo, colaborativo e contínuo com o objetivo de promover o desenvolvimento profissional dos docentes e a melhoria da qualidade do ensino. A realidade é evidente e após a reflexão destes dados, é possível compreender que a ausência deste papel como elemento orientador compromete um trabalho que poderia ser mais coeso, orientador e facilitador para todos os intervenientes.

Como refere Kennedy (2012) citado por Flores (2021, p.56), “*os professores devem assumir-se como elementos ativos do seu desenvolvimento profissional, uma vez que eles são formados passivamente, sendo, portanto, fundamental ter em atenção as oportunidades que eles têm para influenciar a sua própria agenda de desenvolvimento profissional*”.

Assim, propomos implementar, em contexto de supervisão entre pares, um modelo de supervisão colaborativo, que responde às necessidades dos professores, numa lógica coletiva, centrado na prática pedagógica, onde estes são participantes ativos do seu desenvolvimento profissional, na procura de melhorar a qualidade do ensino e, conseqüentemente, as aprendizagens dos alunos.

Pretendemos que a escola se assuma como uma comunidade reflexiva, *com capacidade de gerar, gerir e partilhar conhecimento*, (Alarcão & Roldão, 2008, p.19).

Em suma, no presente estudo, os docentes apontam que os supervisores pedagógicos são pouco visíveis no quotidiano das escolas. Para estes terem um impacto real e de maior relevância, numa escola inclusiva, os supervisores deveriam ser um instrumento efetivo, para uma promoção contínua, num trabalho colaborativo na identificação e superação das dificuldades enfrentadas, no processo de inclusão. Os docentes consideram ainda que os supervisores pedagógicos deveriam assumir um papel mais ativo e colaborativo na dinamização de estratégias e de resposta inclusivas à integração de alunos estrangeiros.

4.2.2. Dificuldades e Desafios na Supervisão Pedagógica

Os dados deste estudo, revelaram diversas dificuldades e desafios enfrentados no âmbito da supervisão pedagógica nas escolas, especialmente no que refere à inclusão dos alunos estrangeiros. Embora a supervisão pedagógica esteja estabelecida como um apoio, tanto aos docentes, quanto aos Encarregados de Educação, observamos que essa função ainda é uma lacuna no cotidiano das escolas.

Entre os principais obstáculos identificados, o papel e as funções atribuídas aos supervisores pedagógicos ainda é um desconhecimento generalizado, pela comunidade educativa. Existe uma parte substancial dos docentes e dos Encarregados de Educação que não compreendem os objetivos da supervisão.

Conforme indicam os dados, a escassez de formação contínua e especializada, limita os supervisores que não estão preparados para conduzir os docentes nas práticas pedagógicas inclusivas. Outro desafio são as tarefas burocráticas dos docentes que não permitem ao supervisor ter um papel mais ativo como um parceiro no desenvolvimento do docente.

Nesta conjuntura, Alarcão destaca que a supervisão pedagógica deve ser compreendida como um processo contínuo, colaborativo e centrado na construção de saberes e práticas e não como um mecanismo de fiscalização. A supervisão deve promover para uma construção de uma escola inclusiva, justa e equitativa, (Alarcão, 2001).

Como síntese, a supervisão deve e pode desempenhar um papel primordial, de forma a afirmar-se como uma perseverança de escuta, orientação e empoderamento dos professores, perante as diversidades e como fonte de promoção de uma cultura escolar centralizada na inclusão dos alunos estrangeiros.

Tabela 1- Tabela significativa baseado nos resultados do estudo sobre as dificuldades e as melhorias apontadas pelas diferentes agentes educativos

ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO	DOCENTES	TÉCNICOS ESCOLARES
<p>“Dias internacionais”;</p> <p>“Não sei se está bem misturar tantos meninos estrangeiros com portugueses”;</p> <p>“Já ouvi pais portugueses culpar porque os seus filhos ficam atrasados no ensino pela causa dos estrangeiros”;</p> <p>“Eu poderia fazer mais encontros entre aluno e pais na escola”;</p> <p>“Aulas com aprendizado de português”;</p> <p>“ajuda e mais explicações em outras aulas, ou aulas adicionais”;</p> <p>“Por parte da escola não vejo nenhuma iniciativa que poderia ser melhorada”;</p> <p>“Entretanto, me parece que muitos alunos estrangeiros estão desinteressados em se integrar à cultura portuguesa”;</p> <p>“Deveria haver mais empenho dos alunos e especialmente das famílias na busca dessa integração, uma vez que escolheram Portugal para viver”;</p> <p>“Mais aulas de português”</p>	<p>“Maior participação e acompanhamento semanal”;</p> <p>“Meios e Técnicos a trabalhar efetivamente com qualidade e tempo”;</p> <p>“Maior articulação entre agrupamento e docentes, entre professores, etc”;</p> <p>“Mais horas de PLNM e iniciar em setembro”;</p> <p>“Mais professores”;</p> <p>“Os alunos deveriam ter apoio fora do contexto turma e só quando adquirem determinado nível de compreensão deveriam ser integrados na turma”;</p> <p>“Maior presença e atenção”;</p> <p>“Penso que poderia ser benéfico termos reuniões para expormos as maiores dificuldades/ barreiras que encontramos para auxiliar de forma eficaz estes alunos, de modo a poderem delinear-se estratégias para as minimizar/ ultrapassar”;</p> <p>“Ajudar a implementar estratégias e os pais também deveriam ser ajudados”;</p> <p>“Formação”;</p> <p>“Receber um feedback construtivo e ajudar a desenvolver novas estratégias pedagógicas”.</p>	<p>“Falta de formação profissional”;</p> <p>“A dificuldade na língua”;</p> <p>“Demasiada burocracia para o Diretor de Turma não permitindo um apoio efetivo dos alunos”;</p> <p>“Mais apoios ao Conselho de Turma e ao Diretor de Turma”.</p>

Fonte: Elaboração Própria, 2025

Com base nesta tabela, analisámos as respostas dos diferentes agentes educativos e reconhecemos que existem muitos desafios na integração dos alunos estrangeiros no agrupamento em estudo. Neste sentido, no ponto que se segue, focamo-nos nas estratégias para melhorar a supervisão e a inclusão escolar.

4.2.3. Estratégias para Melhorar a Supervisão e Inclusão Escolar

Como resultado do estudo realizado e tendo em vista a realidade analisada, propomos a criação de um gabinete, “**Gabinete de Acolhimento e Integração**”, como uma das estratégias para a melhoria da supervisão e da inclusão escolar dos alunos estrangeiros no Agrupamento em estudo. Para além de reforçar a Supervisão pedagógica, com uma dimensão mais humana e inclusiva, também poderá contribuir para o desenvolvimento de uma escola com mais equidade, justa e promotora do sucesso dos alunos e consequentemente dos Encarregados de Educação de nacionalidade estrangeira.

O gabinete teria como objetivos: facilitar a integração dos alunos estrangeiros na escola, apoiar os Encarregados de Educação na comunicação com os diferentes serviços escolares, além de promover a inclusão e a interculturalidade, respeitando as diferentes culturas e contextos dos alunos e famílias.

Como principais funções atribuídas ao **Gabinete de Acolhimento e Integração** para um acolhimento inicial dos alunos e as famílias estrangeiras destacamos:

- Auxiliar na tradução e na interpretação durante todo o processo escolar;
- Explicar do funcionamento da escola, (horários, regras, avaliações, etc);
- Orientar sobre documentos necessários (matrículas, vacinas, etc);
- Ajudar a prevenir conflitos culturais interculturais;
- Apoiar a nível psicológico e social;
- Fornecer de atividades de integração, como eventos culturais e aulas de português como língua não materna (PLNM), conforme estabelecido no Despacho nº10404/2021

Acreditamos que a criação deste gabinete será uma mais-valia para dar respostas concretas e eficazes às lacunas identificadas neste estudo, e para a criação de uma escola mais inclusiva, acolhedora e atenta às necessidades destes alunos, promovendo uma diversidade cultural e linguística na comunidade educativa.

A sugestão do gabinete estará alinhada com as orientações do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (ME, 2017), com a valorização da interculturalidade e a equidade como pilares do processo educativo. Além disso, responderá diretamente às convenções estabelecidas no Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar.

Esta sugestão vai na junção da visão de Alarcão que defende uma supervisão pedagógica centralizada no desenvolvimento de práticas colaborativas, capazes de responder à diversidade e de promover uma educação mais justa e participativa, (Alarcão, 2019).

Além disso, salienta a importância de estruturas escolares que favoreçam o diálogo intercultural e evitam situações de exclusão ou marginalização de alunos imigrantes, (Silva, 2012).

Capítulo V – Conclusão

5.1. Considerações finais e sugestões para Futuras Investigações

Este estudo teve como objetivo primordial aprofundar o conhecimento e a Supervisão Pedagógica e a sua importância como meio de promoção de práticas inclusivas num Agrupamento de Vila Nova de Gaia. Procuramos compreender de que forma essa supervisão era realizada e quais são as principais dificuldades enfrentadas pela comunidade educativa no processo de integração dos alunos estrangeiros.

A recolha das informações apresentou-nos um desafio, uma vez que a comunidade educativa se depara diariamente com imensas responsabilidades, o que dificultou a receptividade para participarem neste tipo de estudos. Apesar disso, a investigação procurou captar as percepções sobre as práticas e o apoio facultado aos alunos estrangeiros como garantia de uma escola inclusiva e promotora de equidade, tendo a supervisão pedagógica como um instrumento de práticas educativas.

Considerando os resultados obtidos neste estudo e a relevância do tema, consideramos pertinente que, em futuras investigações sejam realizadas abordagens de como o papel do supervisor pedagógico pode ser impulsionador de práticas inclusivas para os alunos estrangeiros nas escolas portuguesas. Para uma compreensão mais ampla e contextualizada no processo de inclusão, propomos o desenvolvimento de temáticas que abordam diferentes perspetivas.

Uma das vertentes de investigação poderá ser conduzida na perspetiva dos alunos estrangeiros, no contexto escolar no sistema educativo português, considerando as suas percepções, desafios e as experiências.

Fazer uma “escuta ativa” aos alunos consiste numa ferramenta crucial para a construção de práticas mais responsáveis fortalecendo uma congruência na participação e na cidadania, (Canário, 2001; Nóvoa, 1992).

Outra vertente de estudo que consideramos de extrema relevância, a análise dos programas de Português Língua Não Materna (PLNM), a ser comparado a outras práticas entre escolas, como as estratégias e os recursos utilizados, como integração e a percepção linguística dos alunos estrangeiros, (Cavaco, 2009; Machado, 2011).

A investigação ao ser centrada numa lógica de supervisão pedagógica, pode facultar importantes contributos no contexto das escolas portuguesas, de forma a promover a equidade e a inclusão para o desenvolvimento de políticas e práticas eficazes.

Capítulo VI- Referências Bibliográficas

Abreu, D. C. F. (2019). Uma mudança de paradigma na escola: O Decreto-Lei 54/2018 e os profissionais dos contextos educativos. Repositório Científico do IPVC. <https://repositorio.ipv.pt/handle/20.500.11960/3516>

Alarcão, I. (2001). Supervisão: Uma perspetiva de desenvolvimento e aprendizagem. Porto Editora. <https://www.fnac.pt/ESCOLA-REFLEXIVA-E-SUPERVISAO-ALARCAO-ISABEL/a69404>

Alarcão, I. (2011). Escola reflexiva e nova racionalidade. Porto Editora. <https://www.wook.pt/livro/escola-reflexiva-e-nova-racionalidade-isabel-alarcao/51613>

Alarcão, I., & Roldão, M. C. (2008). Supervisão: Um contexto de desenvolvimento profissional. Edições Pedagogo. <https://www.wook.pt/livro/supervisao-isabel-alarcao/203984>

Alarcão, I., & Tavares, J. (2003). Supervisão da prática pedagógica: Uma perspetiva de desenvolvimento e aprendizagem. Porto Editora. <https://www.wook.pt/livro/supervisao-da-pratica-pedagogica-isabel-alarcao/38453>

Alarcão, I., & Tavares, J. (2007). Supervisão da prática pedagógica: Uma perspetiva de desenvolvimento e aprendizagem (2.^a ed.). Almedina. <https://www.almedina.net/supervis-o-da-pr-tica-pedag-gica-uma-perspectiva-de-desenvolvimento-e-aprendizagem-2-edi-o-1564505542.html>

Boni, V., & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese, 2(1), 68-80. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>

Canário, R. (2001). Educação e diversidade cultural. Porto: ASA.

Cavaco, C. (2009). Educação e diversidade linguística: O papel da escola na integração dos imigrantes. Revista Lusófona de Educação, (13), 27–40.

Conselho Nacional de Educação. (2022). As novas demografias: Caminhos que se entrecruzam, desafios comuns (Relatório Estado da Educação 2022). https://cnedu.pt/content/EE_2022/Seccoes/As_novas_demografias_caminhos_que_se_entrecruzam_desafios_comuns.pdf

Conselho Nacional de Educação. (2022). Estado da educação 2022: As novas demografias – Caminhos que se entrecruzam, desafios comuns. https://cnedu.pt/content/EE_2022/Seccoes/As_novas_demografias_caminhos_que_se_entrecruzam_desafios_comuns.pdf

Correia, A. M. (2013). Educação intercultural: Da teoria à prática. Edições Universitárias Lusófonas.

Dewey (1933); Kemmis (1985); Schön, (1983-1987); Zeichner (1993). Uma reflexão e o professor como investigador. https://www.researchgate.net/publication/260942853_A_reflexao_e_o_professor_como_investigador

Dias, I. (1994). O inquérito por questionário: problemas teóricos e metodológicos gerais. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/104265>

Diário da República. (2008). Decreto lei n.º 3/2008. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/3-2008-386871>

Diário da República. (2012). Decreto de lei n.º 51/2012. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/51-2012-174840>

Diário da República. (2018). Decreto lei n.º 54/2018. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/54-2018-115652961>

Direção-Geral da Educação. (2020). Portuguesa língua não materna. Direção-Geral da Educação. <https://www.dge.mec.pt/portugues-lingua-nao-materna>

Ferreira, V. S. (2019). Políticas públicas e inclusão social em Portugal. Sociologia, Problemas e Práticas, (91). <https://journals.openedition.org/spp/2578>

Flores, C. (n.d.). PLNM: Discutindo conceitos de uma perspetiva linguística. Universidade do Minho. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23009/1/C.Flores_PLNM%20Discutindo%20conceitos%20de%20uma%20perseptiva%20lingu%C3%ADstica.pdf

Fonseca, R. F. (2021). Diversidade cultural em contexto educativo [PDF].

Lagarto, M., & Pinto, H. (2022). Mudanças, continuidades e as vicissitudes do ensino de História em Portugal no século XXI. Revista Práxis Educacional, 18(49), e10875. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v18i49.10875>

Machado, J. (2011). Políticas linguísticas e integração escolar: O ensino do português a alunos imigrantes. Universidade do Minho.

Nóvoa, A. (1992). Os professores e a sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Oliveira, E. R., & Ferreira, P. (2014). Métodos de investigação: Da interrogação à descoberta científica. Vida Económica. <https://livraria.vidaeconomica.pt/investigacao-ensino/1208-metodos-de-investigacao-da-interrogacao-a-descoberta-cientifica-9789897680533.html>

- Oliveira, M. A. (2017). Educação e diversidade cultural nas escolas. Petrópolis: Vozes.
- Santos, C. A. (2018). Gestão escolar e diversidade cultural: Desafios e perspectivas. *Educação & Sociedade*, 39(143), 643–658. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302018189190>
- Santos, M. A., Maia, M. S., & Martins, S. (2021). *1inED*. Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto. <https://ined.es.eip.pt/pt/1in>
- Silva, A. B. (2012). Educação intercultural: Desafios e possibilidades. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Trindade, V. M. (2007). Práticas de formação: Métodos e técnicas de observação, orientação e avaliação (em supervisão). Universidade Aberta. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/147>
- UNESCO. (2009). Diretrizes sobre políticas de inclusão na educação. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000177849>

Capítulo VII- Anexos

Anexo I- Carta ao Diretor

Exmo. Senhor Diretor,

Assunto: Pedido de autorização para realização de trabalho de investigação no âmbito de Mestrado em Supervisão Pedagógica.

Eu, **Lucinda Maria Ferreira Barros Monteiro** estudante do 2º ano do Mestrado acima referido, venho por este meio solicitar a V. Exa. autorização formal para realizar um trabalho de investigação nesta escola/agrupamento, por vós dirigido, durante o ano letivo 2025/2026. Este trabalho insere-se na dissertação do Mestrado em Supervisão Pedagógica que estou a desenvolver na Universidade Aberta, sob orientação da Professora Doutora Ana Nobre, com o título ***“A Supervisão como meio de promoção de práticas inclusivas para alunos estrangeiros nas escolas portuguesas”***.

No decorrer do processo de investigação, será necessária a realização de entrevistas aos seguintes participantes *do agrupamento*: diretor; professores do 1º, 2º e 3º ciclo que lecionem a disciplina de Português Língua não Materna, técnicos da escola e encarregados de educação dos alunos estrangeiros.

Durante este processo, o investigador assume o compromisso de:

- Não perturbar o andamento das atividades em curso;
- Preservar a privacidade dos e suas famílias;
- Utilizar, de forma ética, todos os dados recolhidos;
- Utilizar as informações única e exclusivamente para a execução do projeto em questão e para fins académicos;
- Garantir o anonimato e a confidencialidade das informações, assegurando que não serão utilizadas quaisquer indicações que possam identificar os participantes da investigação;
- Respeitar a decisão de qualquer participante que, a qualquer momento, opte por não continuar envolvido no estudo, sem quaisquer consequências.

Aguardo uma resposta positiva da parte de V. Ex^a.

Os meus melhores cumprimentos,

Lucinda Monteiro

Anexo II- Questionário aos Encarregados de Educação

Identificação do Encarregado de Educação ✕ ⋮ Descrição (opcional)
Nome Texto de resposta curta
Idade * Texto de resposta curta
Nacionalidade * Texto de resposta curta
Há quanto tempo reside em Portugal? * Texto de resposta curta

Qual o grau de parentesco com o aluno? *

- Pai
- Mãe
- Outra opção...

Idade do aluno *

Texto de resposta curta

Qual o ano de escolaridade do aluno? *

- Jardim de Infância
- 1º Ciclo
- 2º Ciclo
- 3º Ciclo

Experiência com a escola



Descrição (opcional)

Como foi o processo de matrícula do seu educando na escola portuguesa? *
Encontrou dificuldades?

Texto de resposta longa

Como descreveria a adaptação do seu filho(a) à escola? *

Texto de resposta longa

Quais foram os principais desafios que ele(a) enfrentou? *

- Dificuldade em falar a língua portuguesa
- Dificuldade na socialização
- Dificuldade na aprendizagem
- Outra opção...

Sentiu-se bem recebido e informado pela escola sobre o funcionamento do ensino em Portugal? *

Texto de resposta longa

Como avalia a comunicação entre a escola e os encarregados de educação? *

- Excelente
- Muito Bom
- Bom
- Satisfaz

Apoio da escola e inclusão



Descrição (opcional)

A escola ofereceu algum apoio específico para o seu filho(a) para se adaptar? *

- Aulas de português
- Apoio pedagógico
- Mentoria
- Outra opção...

O seu filho(a) sente-se integrado e bem acolhido pelos colegas e professores? *

- Sim
- Não

Tem conhecimento de iniciativas da escola para promover a inclusão dos alunos estrangeiros? *

- Sim
- Não

Se sim, mencione quais as iniciativas?

Texto de resposta longa

Como avalia o papel dos professores e da direção escolar no apoio aos alunos estrangeiros?

- Excelente
- Muito Bom
- Bom
- Satisfaz

Considera que existe discriminação ou dificuldades específicas enfrentadas pelos alunos estrangeiros na escola? *

Sim

Não

Se sim, em que medida?

Texto de resposta curta

Papel da Supervisão Pedagógica



Descrição (opcional)



Tem conhecimento sobre a função dos supervisores pedagógicos na escola? *

Sim

Não

Acredita que os supervisores pedagógicos poderiam ter um papel mais ativo na promoção da inclusão? *

Sim

Não

Se sim, de que forma?

Texto de resposta longa

Já participou em reuniões ou atividades promovidas pela escola para debater a inclusão de alunos estrangeiros? *

- Sim
- Não
- Nunca tive conhecimento

Que sugestões daria para melhorar o apoio da escola às famílias estrangeiras? *

Texto de resposta longa

Secção 6 de 7

Encerramento



Descrição (opcional)

Gostaria de acrescentar algo relevante sobre este tema?

Texto de resposta longa

Após a secção 6 Ir para a secção 7 (Agradecemos a sua ...de e colaboração!) ▾

Secção 7 de 7

Agradecemos a sua disponibilidade e colaboração!



Descrição (opcional)

Anexo III- Questionário à Equipa Diretiva

Identificação da equipa diretiva ✕ ⋮

Descrição (opcional)

Qual a sua função na equipa diretiva? *

Diretor(a)

Subdiretor(a)

Adjunto(a)

Idade *

Texto de resposta curta

.....

Nacionalidade *

Texto de resposta curta

.....

Habilitações Literárias *

- Ensino superior (Bacharelato, Licenciatura)
- Ensino pós-graduado (Mestrado, Doutoramento)

Quantos anos tem de experiência na equipa diretiva? *

- 0 a 4 anos
- 4 a 8 anos
- 8 a 12 anos
- 12 a 16 anos

Há quanto anos o agrupamento recebe alunos estrangeiros? *

- Menos de 2 anos
- 2 a 4 anos
- 4 anos ou mais

Qual a percentagem aproximada de alunos estrangeiros no agrupamento? *

- 0 a 25%
- 25% a 50%
- 50% a 75%
- 75% a 100%

Inclusão de alunos estrangeiros



Descrição (opcional)

Como descreve a diversidade cultural na sua escola? *

Texto de resposta longa

Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos estrangeiros? *

Texto de resposta longa

A escola oferece apoio específico para os alunos estrangeiros? *

Sim

Não



Se sim, quais os apoios que a escola oferece?

Texto de resposta longa

Supervisão Pedagógica



Descrição (opcional)

A supervisão pedagógica aborda a inclusão dos alunos estrangeiros? *

- Nunca
- Raramente
- Às vezes
- Frequentemente

Que apoio os professores recebem para trabalhar com a diversidade cultural? *

Texto de resposta longa

Melhorias e Sugestões



Descrição (opcional)

Quais são as melhores práticas de inclusão que já viu na sua escola? *

Texto de resposta longa

Que sugestões daria para melhorar a inclusão dos alunos estrangeiros? *

Texto de resposta longa

Secção 6 de 7

Encerramento ⌵ ⋮

Descrição (opcional)

Gostaria de acrescentar algo mais sobre este tema?

Texto de resposta longa

Após a secção 6 Ir para a secção 7 (Agradecemos a sua ...de e colaboração!) ▾

Secção 7 de 7

Agradecemos a sua disponibilidade e colaboração! ⌵ ⋮

Descrição (opcional)

Anexo IV- Questionário aos Técnicos Escolares

Identificação do Técnico Escolar ⌵ ⋮

Descrição (opcional)

Nome ⋮

Texto de resposta curta

Cargo/função na escola *

- Psicólogo(a)
- Mediador(a) de Conflitos
- Assistente Social
- Outra opção...

Qual o tempo de experiência na função? *

- Menos de 1 ano
- 1 a 2 anos
- 3 a 4 anos
- Mais do que 4 anos

Qual a percentagem aproximada de alunos estrangeiros no agrupamento? *

- 0 a 25%
- 25% a 50%
- 50% a 75%
- 75% a 100%

Inclusão de Alunos Estrangeiros



Descrição (opcional)

Como caracteriza a inclusão de alunos estrangeiros na escola onde trabalha? *

Texto de resposta longa

Quais são as principais dificuldades que estes alunos enfrentam na adaptação escolar? *

Texto de resposta longa

Como a escola tem apoiado estes alunos no processo de inclusão? *

Texto de resposta longa

Existem medidas específicas para apoiar alunos que não falam português fluentemente? *

Sim

Não

Se sim, quais as medidas?

Texto de resposta longa

Supervisão Pedagógica e Papel dos Técnicos



Descrição (opcional)

Existe um trabalho colaborativo entre os técnicos e a supervisão pedagógica para promover a inclusão? *

Sim

Não

Se sim, como ocorre essa colaboração?

Texto de resposta longa

Como a supervisão pedagógica pode contribuir para melhorar o trabalho dos técnicos na inclusão dos alunos estrangeiros? *

Texto de resposta longa

Há ações de formação ou encontros promovidos pela supervisão pedagógica sobre diversidade cultural e inclusão? *

Texto de resposta longa
.....

Quais são os principais desafios que encontra no seu trabalho em relação à inclusão de alunos estrangeiros? *

Texto de resposta longa
.....

Como avalia a comunicação entre professores, técnicos e supervisão em relação às necessidades dos alunos estrangeiros? *

- Excelente
- Muito bom
- Bom
- Satisfaz

Boas Práticas e Recomendações



Descrição (opcional)

Poderia relatar uma experiência positiva de inclusão de alunos estrangeiros na escola? *

Texto de resposta longa

Quais estratégias ou programas que são mais eficazes para apoiar esses alunos? *

Texto de resposta longa

Que melhorias sugeria na atuação da supervisão pedagógica para fortalecer práticas inclusivas? *

Texto de resposta longa

Na sua opinião, quais são as principais lacunas no apoio aos alunos estrangeiros e como poderiam ser colmatadas? *

Texto de resposta longa

Secção 6 de 7

Encerramento ⌵ ⋮

Descrição (opcional)

Gostaria de acrescentar algo relevante sobre este tema?

Texto de resposta longa
.....

Após a secção 6 Ir para a secção 7 (Agradecemos a sua ...de e colaboração!) ▾

Secção 7 de 7

Agradecemos a sua disponibilidade e colaboração! ⌵ ⋮

Descrição (opcional)

Anexo V- Questionário aos Professores

Identificação do Professor ⌵ ⋮

Descrição (opcional)

Nome ⋮

Texto de resposta curta
.....

Idade *

Texto de resposta curta
.....

Quanto tempo de experiência têm no ensino? *

- 1 a 10 anos
- 10 a 20 anos
- 20 a 30 anos
- 30 a 40 anos
- Mais do que 40 anos
- Outra opção...

Que disciplina(s) leciona? *

Texto de resposta longa

Qual o nível de ensino que leciona? *

- 1º Ciclo
- 2º Ciclo
- 3º Ciclo
- Outra opção...

Já trabalhou com alunos estrangeiros? *

- Sim
- Não

Se sim, há quantos anos lida com alunos estrangeiros?

Texto de resposta curta

Inclusão de Alunos Estrangeiros na Escola



Descrição (opcional)

Como descreve a diversidade cultural na sua escola? *

Texto de resposta longa

Quais são as principais dificuldades que os alunos estrangeiros enfrentam na integração escolar? *

Texto de resposta longa

De que forma a escola tem apoiado a inclusão desses alunos? *

Texto de resposta longa

Existem estratégias específicas para facilitar a aprendizagem de alunos que não falam português fluentemente? *

Texto de resposta longa

Se sim, quais as estratégias?

Texto de resposta longa

Supervisão Pedagógica e Apoio aos Professores



Descrição (opcional)

Na sua escola, a supervisão pedagógica aborda questões relacionadas com a inclusão de alunos estrangeiros? *

- Sim
- Não
- Raramente

Com que frequência recebe apoio da supervisão para lidar com alunos estrangeiros? *

Texto de resposta longa

Que género de orientações ou formações são disponibilizadas para promover práticas inclusivas? *

Texto de resposta longa

Sente-se preparado para trabalhar com alunos estrangeiros? *

Sim

Não

Se sim, o que poderia ser melhorado nesse sentido?

Texto de resposta longa

A supervisão desempenha um papel ativo na promoção de práticas inclusivas? *

Sim

Não

Se sim, de que forma?

Texto de resposta longa

Boas Práticas e Melhorias



Descrição (opcional)

Poderia compartilhar alguma experiência bem-sucedida de inclusão de alunos estrangeiros na sua sala de aula? *

Texto de resposta longa

Que estratégias considera mais eficazes para melhorar a aprendizagem e integração destes alunos? *

Texto de resposta longa

Que sugestões daria para melhorar o suporte da supervisão pedagógica no contexto da inclusão? *

Texto de resposta longa

O que falta na formação dos professores para lidarem melhor com a diversidade cultural? *

Texto de resposta longa

Secção 6 de 7

Encerramento



Descrição (opcional)

Gostaria de acrescentar algo que considere relevante para este estudo?

Texto de resposta longa

Após a secção 6 Ir para a secção 7 (Agradecemos a sua ...de e colaboração!) ▾

Secção 7 de 7

Agradecemos a sua disponibilidade e colaboração!



Descrição (opcional)